



Índice

- 01** Produtores retirados de terra indígena invadem terreno para protestar, em RR
- 02** Sem representatividade no Congresso, eleições têm 85 candidatos indígenas
- 03** Recomendações garantem direitos fundamentais da comunidade indígena Xakriabá
- 04** Quilombolas do São Francisco fazem propostas para a educação e melhor uso das águas
- 05** Emater incentiva ribeirinhos de Anajás a comercializar óleo da palmeira patauá
- 06** Culturas indígena e quilombola atraem turistas ao litoral sul da PB
- 07** Arandu Arakuaa: matéria sobre a banda para o Sepá
- 08** Semana da Amazônia: índios isolados e progresso da região em destaque
- 09** Porque sem terra, não há cultura
- 10** 'Muita raridade junta', diz obstetra sobre parto de quadrigêmeas em MS
- 11** Aldeia ganha cubano, mas ainda perde em estrutura
- 12** Residência pega fogo e casal morre em aldeia indígena
- 13** Três mil famílias do MST ocupam a fazenda Santa Mônica, do senador Eunício Oliveira
- 14** Baniwa e Coripaco criam Conselho Kaali para discutir gestão de conhecimentos e patrimônio cultural no Alto Rio Negro/AM



- 15** Indígena de Tenente Portela conquista mestrado na UFRGS
- 16** Indígenas wichís presos iniciam segunda greve de fome por liberdade
- 17** Ministério Público Federal responde ao Diário Catarinense
- 18** Nelsinho promete convencer bancada federal a não votar projetos até resolver questão indígena
- 19** Tribos indígenas isoladas são incluídas como atração em pacotes turísticos
- 20** Governo propõe criar instituto de saúde indígena
- 21** Prefeito de Maricá suspende obras de duto do Comperj e cobra contrapartida da Petrobras
- 22** Usina força saída de índias de 'Bye Bye Brasil'
- 23** Parecer do Ibama 'segura' licença de megaporto na BA
- 24** Indígena de Tenente Portela conquista mestrado na UFRGS
- 25** Estrutura é preparada pelo TRE para indígenas
- 26** Cansadas de enterrar filhos, indígenas buscam terra e montam novo acampamento
- 27** Museu em Pains reúne objetos pré-históricos indígenas
- 28** Povo indígena Apiaká sedia 7º Seminário de Educação Escolar Indígena Região Noroeste
- 29** Organizações indígenas se posicionam contra a INSI
- 30** Puyanawas recebem Tião e Perpétua e mostram modelo de organização superior



Produtores retirados de terra indígena invadem terreno para protestar, em RR
SÍTIO G1, 30.08.2014

Eles reclamam de falta de moradia e de abandono do estado. Até a publicação da matéria, o Governo ainda não havia se pronunciado.

Produtores rurais, fazendeiros e outros trabalhadores da Terra Indígena Raposa Serra do Sol invadiram na manhã deste sábado (30) uma área do Governo, localizada na rua João de Alencar, bairro Aeroporto, zona Norte de Boa Vista, e colocaram faixas no local como forma de protesto. Eles reivindicam moradia e melhorias nas condições de trabalho.

De acordo com o fazendeiro Edivan Silva, desde a homologação da terra indígena, ocorrida em 2005, os trabalhadores estão desamparados pelo governo do estado, sem emprego e nem moradia. Ele afirma ainda que a invasão é uma forma de protesto ao descaso com a classe. "O que estamos fazendo é só o começo de uma reivindicação. Ninguém está querendo ficar no lote. Mas, se o governo ceder a terra, ela será bem-vinda", afirmou.

Segundo Silva, que mora no assentamento Bamerindus, município de Amajari, ele e vários trabalhadores não têm casa própria e vivem 'de favor' na casa de parentes e amigos, sem ter como se manter. Ele explica que reivindicam também o documento de acesso a crédito para que possam continuar produzindo.

Um produtor rural disse ao G1 que o Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Iteraima) com o Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) montaram uma comissão para solucionar o problema, mas nada foi feito até o momento.

Outro lado

A assessoria do Governo foi procurada pela reportagem, mas até a publicação desta matéria não se pronunciou sobre o assunto.



Sem representatividade no Congresso, eleições têm 85 candidatos indígenas

SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 30.08.2014

política indigenista ganha novo fôlego nas eleições 2014. Com 85 candidatos a cargos públicos, de acordo com as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), indígenas buscam retomar o legado de líderes do passado, fortalecer a própria cultura e mostrar o caminho das aldeias para as políticas públicas. Para sociólogos e antropólogos, o índio busca representação nas esferas federal e estadual para falar a vontade do próprio povo, sem intermediários. Atualmente, não existe candidato de origem indígena no Congresso, em Brasília.

O Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 mostrou que a comunidade indígena do Brasil é formada por 817.963 pessoas de 305 diferentes etnias, que estão presentes em todos os Estados. No dia 5 de outubro, índios disputarão cargos de vice-governador (1), senador (3), deputado federal (25), deputado estadual (52), deputado distrital (2), senador 1º suplente (1) e senador 2º suplente (1).

Pela primeira vez, o TSE realizou o mapeamento dos candidatos usando o critério "cargo/cor ou raça". Entre as cinco raças citadas no estudo, a indígena ficou em último lugar, com a menor porcentagem de representantes (0,33%). Atrás de outras minorias como negros (9,27%), com 2.420 políticos, e amarelos (0,46%), com 116.

Embora a justiça eleitoral não tenha um balanço para oficializar o grau de participação indígena em outras eleições, o antropólogo Carlos Alberto dos Santos, o Kaká Wera, de 50 anos, candidato do PV ao Senado, diz que o engajamento dos indígenas aumentou e merece atenção da sociedade não-índia.

"Nos últimos 20 anos, a combatividade das lideranças indígenas e capacidade de articulação nas relações interétnicas com a sociedade melhorou muito. Tanto que no início dos anos 90 não tínhamos organizações indígenas. Hoje somos mais de cem pelo Brasil", explicou.

A atuação de figuras como o líder xavante Mario Juruna, primeiro deputado federal indígena do Brasil, eleito em 1983, e que virou tema de filme, e João Neves Silva, que foi o primeiro prefeito indígena brasileiro, eleito na cidade de Oiapoque, no Amapá, impulsionou o engajamento dentro de aldeias pelo País. Inclusive a questão indígena foi tema de uma pergunta para a candidata Dilma Rousseff (PT) durante o debate de presidenciáveis, na última terça-feira (26).

Lutar contra o atraso político

Se de um lado aumentou a atuação política, o respeito aos direitos humanos dos índios seguiu na direção oposta. "Os direitos conquistados na própria Constituinte de 1989, como o uso da

CONT.



terra e de viver de acordo com as suas tradições culturais, têm sido uma pedra enorme no nosso caminho”, disse o antropólogo Wera, ressaltando o atraso de 25 anos na demarcação de terras indígenas pelo País. “Menos de 10% do que já estava em estudo avançado foi homologado.”

O atraso político do Brasil em relação às novas demarcações preocupa o candidato. “Com o passar dos anos os setores ruralistas e conservadores podem ser favorecidos porque tentam mudar as leis e tirar do Executivo o poder de demarcar as terras. Podem ocorrer novas invasões e conflitos”, diz. Ele acredita que o atual cenário político é um retrocesso na lei que deveria preservar os direitos indígenas.

Adotado por uma aldeia guarani em São Paulo após a morte dos pais, ele recebeu o nome guarani Wera Jecupé (que significa raio sobre o chão). E conquistou a função de interlocutor dos guaranis quando a aldeia, em Parrelheiros, na zona sul da capital, disputava a posse das terras. Em 1994, o candidato criou o Instituto Arapoty, que divulga o conhecimento das culturas indígenas e oferece apoio para as aldeias nas regiões Sudeste e Nordeste. Em São Paulo, por exemplo, quase 40 mil índios se distribuem em 29 terras, sendo apenas 12 demarcadas.

Para o representante do PV, é o momento da sociedade aproximar-se dos índios e conhecê-los. “Entre mais de 300 etnias, temos quase 40 que preferem o isolamento. Mas não é essa mais a realidade da maioria dos povos. Lutamos porque sabemos que [as áreas homologadas] não são nossas, mas uma floresta em pé garante a vida das futuras gerações, indígenas ou não”, defendeu.

“Não queremos viver nas cidades”

A artesã Silvana Terena (PPS), de 39 anos, é candidata a deputada federal por Mato Grosso do Sul, Estado que abriga mais de 70 mil indígenas em 26 municípios. Criada na aldeia de Anastácio, cidade localizada a 141 km da capital Campo Grande, Silvana viu os pais abandonarem a vida rural para que ela e os irmãos pudessem ir à escola. Ela discorda de Wera sobre a preferência do índio ao não isolamento.

“As políticas públicas não chegam às aldeias. Se os políticos tivessem plano de governo para a comunidade indígena, jamais teríamos saído das aldeias para a capital. Não queremos viver em cidades”, desabafa a candidata, que mora na primeira aldeia urbana, Marçal de Souza, na capital do Estado.

Silvana defende ainda que os indígenas devem receber o mesmo tratamento que o atual governo dá para outras etnias, como a cota racial para negros, que facilita o acesso às universidades.

O que para muitos poderia sentenciar a campanha de Silvana, para ela é indicação do futuro. Seu partido, o PPS, oficializou apoio a Reinaldo Azambuja, candidato do PSDB ao governo do Estado e ruralista, terceiro nas pesquisas de intenções de voto. A coaligação com o “maior inimigo”, considerando o embate entre indígenas e ruralistas pelo poder das terras, poderia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

representar futuros diálogos em busca pela paz. "Sou constantemente questionada por isso. A política é assim e precisamos negociar."



Recomendações garantem direitos fundamentais da comunidade indígena Xakriabá
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 30.08.2014

MPF/BA - Além da ausência de demarcação da terra, a etnia existente no município de Cocos/BA sofre com a falta de acesso adequado aos serviços de educação e saúde, ameaças à vida e à integridade física

Para garantir os direitos constitucionais à posse da terra, à educação, à saúde e à integridade física das comunidades indígenas Xakriabá, existentes no município de Cocos, a 981 km de Salvador, o Ministério Público Federal em Barreiras (MPF/BA) enviou recomendações a três órgãos públicos solicitando diversas providências.

A primeira recomendação foi encaminhada à Fundação Nacional do Índio (Funai) para que seja dado início aos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá, no prazo máximo de 180 dias. A segunda foi enviada ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) no Estado da Bahia para que adote providências necessárias à prestação de assistência à saúde para os integrantes da etnia. Por fim, a terceira recomendação, para a Polícia Militar a fim de que adote, com urgência e prioridade, medidas para garantir o respeito à vida, à integridade física e ao patrimônio dos índios, dos servidores da Funai e do DSEI que atuam no Município de Cocos, o que inclui a ida periódica de efetivo policial à comunidade para garantir o livre acesso às terras tradicionais.

O MPF apurou por meio do inquérito civil nº 08104.000377/96-09 que a etnia está em situação de extrema vulnerabilidade social por conta da ausência de segurança jurídica quanto à posse da terra e ao usufruto dos recursos naturais. Além disso, a ausência de definição sobre a identificação da terra indígena dificulta a execução de políticas públicas específicas para a comunidade. Desde 2007, já existe uma reivindicação da etnia para demarcação das terras da comunidade, pleito registrado no Sistema de Terras Indígenas da Funai, em 2009.

A comunidade indígena Xakriabá também sofre com a falta de acesso adequado aos serviços de educação e saúde, ameaças contra seus integrantes e conflitos fundiários. No inquérito em tramitação no MPF, há relatos de atentados por arma de fogo contra servidores da Funai; ameaças aos servidores do DSEI no exercício do cargo, e aos próprios integrantes da etnia. O inquérito traz, ainda, informações sobre a existência de milícias privadas armadas, organizadas e mantidas por fazendeiros do município.

Toda essa situação levou o MPF a encaminhar ofício à Polícia Federal requisitando a instauração de um inquérito policial, caso ainda não exista, e a adoção de providências para garantir o respeito à vida, à integridade física e ao patrimônio dos índios e dos servidores da Funai e do DSEI. Os documentos expedidos são de autoria dos procuradores da República

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Márcio Albuquerque de Castro e João Paulo Lordelo, que atuam no MPF na região. Número para consulta processual: Inquérito Civil nº 08104.000377/96-09 - Procuradoria da República em Barreiras.

Clique abaixo e confira a íntegra da recomendação à Funai:

http://www.justicaemfoco.com.br/arquivos_de_audio/1409427402.24-arquivo_pdf.pdf



Quilombolas do São Francisco fazem propostas para a educação e melhor uso das águas

SÍTIO JORNAL DA MÍDIA, 30.08.2014

Mais de 30 comunidades quilombolas da bacia do rio São Francisco estiveram reunidas, entre os dias 27 e 29 de agosto, em Bom Jesus da Lapa-BA. O evento, organizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio do São Francisco-CBHSF, contou com a participação de cerca de 150 representantes de quilombos baianos e dos estados de Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco. O debate culminou em um documento com reivindicações e propostas de melhorias em diversas áreas como educação, cultura e uso da água do Velho Chico.

Uma das reivindicações dos quilombolas foi a fiscalização e a efetiva implementação da lei 10.639/03 (que estabelece o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas) e melhores condições de desenvolvimento educacional dentro das comunidades. Ainda sobre educação foi exigido que os municípios priorizem os professores de origem quilombola nas escolas situadas nos quilombos e que os laboratórios de informática sejam melhor utilizados, possibilitando aos estudantes acesso às novas tecnologias.

De acordo com a professora Iane Arcanjo Teixeira, da Escola Municipal Elgino Nunes Souza, localizada na comunidade quilombola Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA), "as unidades de ensino não disponibilizam internet e nem incentivam seus alunos a utilizarem as salas de informática", critica.

O quilombola e coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco, Claudio Pereira, destaca que a educação voltada para as comunidades quilombolas ainda não atende às necessidades do povo da bacia do Velho Chico. Isso se refletiu na ênfase dada ao tema na plenária que durou três dias. "A educação que está sendo implantada ainda não está atendendo às nossas demandas. Elas estão aquém das reais necessidades", afirma o coordenador.



Emater incentiva ribeirinhos de Anajás a comercializar óleo da palmeira patauá
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 30.08.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Ribeirinhos de Anajás, na Ilha do Marajó, das comunidades Urará e Guajará, atendidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), vão comercializar o óleo do patauá. O fruto da palmeira cuja produção estava praticamente perdida será usado na indústria de cosméticos. Estão envolvidas no projeto 50 famílias, que vão comercializar com a empresa Beraca, até o próximo mês de novembro, 500 quilos de óleo.

A palmeira nativa no município é semelhante ao açaí, e dos frutos se extrai a bebida conhecida popularmente como “vinho de patauá”. Segundo dados da Emater, 80% da produção espontânea se estragam na floresta, e o restante é comercializado no município a R\$ 2, o litro. “Já por cada quilo do óleo de patuá o ribeirinho receberá R\$ 17”, estima o técnico da Emater José Niltom Pereira.

A expectativa da Emater é, até 2015, o número de famílias envolvido no projeto dobre, bem como a comercialização. Para tanto, a empresa pretende inserir pelo menos cinco mil novos pés de patauá nas propriedades. A comercialização do óleo da palmeira chega como uma alternativa de renda para os ribeirinhos que vivem basicamente do extrativismo do açaí e do palmito.

“Também estamos trabalhando com o manejo das áreas nativas, que vai ajudar a aumentar a produtividade das palmeiras. Hoje as famílias extraem até 2,5 litros de óleo por planta”, diz o técnico. O patauá, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tem propriedades semelhantes ao óleo de oliva. Pode ser usado para temperos de saladas ou fritura e apresenta vantagens em relação a outros óleos (como o de soja), pois é rico em aminoácidos e gorduras insaturadas (que combatem o colesterol). O patauá também tem propriedades hidratantes.

Iolanda Lopes
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Culturas indígena e quilombola atraem turistas ao litoral sul da PB

SÍTIO G1, 30.08.2014

Projeto 'Mares Quilombolas', do Ministério do Turismo, inclui Conde e Pitimbu. Ação beneficia 400 empreendimentos em 54 municípios no Brasil.

Uma viagem pelo litoral da Paraíba reserva surpresas que vão além das belas praias de águas mornas e cristalinas, emolduradas por rochas e paredões montanhosos. Somente nos poucos mais de 70 Km que ligam a capital João Pessoa aos municípios de Conde e Pitimbu o turista pode ter contato com as culturas indígena e quilombola em roteiros enriquecidos por produtos da agricultura familiar, pelo patrimônio histórico e pelas belezas cênicas de paisagens preservadas.

Estes são alguns dos atrativos do roteiro turístico Mares Quilombolas, produto do projeto Talentos do Brasil, idealizado em parceria pelo Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Sebrae. “Uma das principais inovações do Talentos do Brasil Rural está em agregar pessoas, serviços e produtos da agricultura familiar a roteiros turísticos já explorados, gerando benefícios econômicos e sociais na região de intervenção”, comenta o ministro do Turismo, Vinícius Lages.

Localizadas na região metropolitana de João Pessoa, Conde e Pitimbu oferecem pelo menos quatro passeios (Comunidade Ipiranga, Quinzena Cultural, Caminhadas na Natureza e Território Mucuxi) que retratam a diversidade do litoral paraibano.

Pitimbu realiza no segundo sábado de cada mês a Quinzena Cultural, que tem como objetivo o resgate e valorização dos saberes da população local. Artistas se apresentam em grupos folclóricos e regionais e artesãos expõem e vendem seus trabalhos. Nas barraquinhas são encontradas comidas típicas, à base de milho e mandioca, além de doces, sucos e frutas (jaca, caju, maracujá, graviola, entre outras).

No Conde, a visita pode começar pela Comunidade Ipiranga, onde tem coco de roda, artesanato e visita ao Museu Quilombola, que guarda a história da presença negra na região. Outra dica é o Território Mucuxi, reserva indígena que trabalha com educação ambiental e oferece trilhas pela Mata Atlântica, passeios de caiaque, banhos de rio, de bica e também de lama, uma atração local.

Produção das mulheres do Conde, no Litoral Sul, é uma das atrações turísticas da região (Foto: Acervo / Ministério do Turismo) Produção das mulheres do Conde, no Litoral Sul, é uma das atrações turísticas da região (Foto: Acervo / Ministério do Turismo)

Caminhadas pelas matas, falésias, mirantes e praias da Área de Preservação Ambiental de Tambaba, uma das mais conhecidas praias de naturismo do país, é outro programa recomendado. Nesse e em outros trajetos do roteiro, o turista tem a oportunidade de conhecer

CONT.



os sabores da culinária nordestina em propriedades agrícolas, como a de Daurenice Pereira dos Santos, a dona Nice, que frequentou oficinas e recebeu consultoria do projeto.

Nice é um caso de sucesso do Talentos do Brasil Rural. Depois de “entrar no projeto” ela viu a renda familiar subir de menos de um salário mínimo mensal para cerca de R\$ 2 mil. As frutas e produtos do sítio Pontes, antes vendidos na feira ou a atravessadores, hoje compõem as mesas do restaurante rural, que recebe principalmente turistas de outras cidades nordestinas. “Ganho mais com o almoço e com os lanches vendidos aos turistas que passeiam aqui na região”, conta ela, que trabalha com cinco pessoas da família.

O projeto ainda está em fase de implantação e os passeios são vendidos pelos próprios empreendedores, uma realidade que deve mudar em breve. “O roteiro tem sido divulgado em feiras e eventos. Estamos registrando a marca e produzindo material de divulgação, o que dará maior visibilidade ao trabalho”, explica Vânia Domingues, da Associação de Turismo Costa do Conde.



Arandu Arakuaa: matéria sobre a banda para o Sepá
SÍTIO WHIPLASH, 30.08.2014

Vencedora da seletiva de Taguatinga, a banda Arandu Arakua vai levar aos palcos da edição de 2014 do Porão do Rock uma brasilidade bastante peculiar. A promessa é de um som pesado com elementos indígenas, além do baião, catira, cantigas de roda entre outras vertentes da música tradicional brasileira.

Formada por Nájila Cristina (voz), Juan Bessa (guitarra), Saulo Lucena (contrabaixo), Adriano Ferreira (bateria/percussão) e Zândhio Aquino (guitarra), que topou conversar com o Sepá. A banda propõe uma sonoridade da qual julga ser relevante artisticamente e que divulgue as culturas indígenas brasileiras.

“Tocar no Porão é uma grande honra para nós por se tratar de um dos festivais mais tradicionais do país. Também é uma oportunidade de divulgamos nosso trabalho. Estamos preparados para dá o nosso melhor”, afirma Zândhio.

Os elementos indígena que compõe a banda estão também nas composições. “Até então o processo tem sido o mais primitivo possível, geralmente começo pelas letras e melodias, depois passo para guitarra ou para viola, defino a estrutura da música e em seguida levo para o ensaio e todos da banda dão sua contribuição”, diz.

Origem

O nome da banda, Arandu Arakua, é uma viagem ao universo tupi guarani da região central do Brasil. A expressão significa, em tradução livre, “saber dos ciclos dos céus” ou “sabedoria do cosmos”. “Escolhi o nome da banda enquanto lia o livro de Kaká Werá Jecupé: “A Terra dos Mil Povos – História Indígena do Brasil Contada por um Índio”, revela Zândhio Aquino.

O guitarrista conta ainda que a escolha do som e do nome da banda vem de suas raízes, já que nasceu e morou até os 24 anos ao lado da Terra Indígena Xerente, em Tocantins. “Cresci tendo contato com música indígena e a música tradicional brasileira. O rock só entrou em minha vida na adolescência. Depois da banda formada meus parceiros trouxeram sua bagagem musical que deram ainda mais dinamismo a nossa música”, completa.



Semana da Amazônia: índios isolados e progresso da região em destaque

SÍTIO PORTAL EBC, 30.08.2014

Nacional da Amazônia prepara programação especial para a Semana da Amazônia, comemorada a partir da próxima segunda-feira (01º)

De 1 a 5 de setembro, a Nacional da Amazônia terá uma programação especial para comemorar a Semana da Amazônia. E não é à toa: a emissora faz 37 anos na segunda-feira (1) e o Dia da Amazônia encerra a programação, na sexta-feira (5). Para celebrar esta semana, os programas Amazônia Brasileira e Tarde Nacional terão novidades.

Emissora fará 37 anos nesta segunda-feira (1)

Também é festa no Amazônia Brasileira: programa completa 11 anos no ar

O Amazônia Brasileira apresentará uma série de entrevistas especiais, com as principais questões relacionadas aos povos que vivem na floresta. Entre os entrevistados, o historiador e arqueólogo Marcos Vinícius Neves, que falará, na próxima terça-feira (2), sobre a questão dos índios isolados. Sociedade e cidadania é o foco da entrevista de quarta-feira (03), que será baseada em uma recente pesquisa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que revela que a Amazônia tem o Índice de Progresso Social inferior à média nacional. O entrevistado será o pesquisador do Imazon, Beto Veríssimo.

Na quinta-feira (4), o entrevistado será o presidente da Associação Protetora de Animais Silvestres (Apass), José Marinho, que debaterá sobre a importância de se salvar os animais silvestres da Amazônia e da criação de mecanismos que os protejam de desmatamentos, queimadas, grandes obras, exploração mineral e monocultura. E na sexta-feira (05), o programa irá destacar o Dia da Mulher Indígena, celebrado também naquela data.

Também na sexta-feira (5), Dia da Amazônia, o programa Tarde Nacional será transmitido em rede com o programa de mesmo nome da Rádio Nacional de Brasília, a partir das 16h (horário de Brasília), com as apresentadoras Juliana Maya e Fátima Santos.

A emissora prepara, ainda, muitas novidades para o mês de comemorações para o rádio da região e sua programação. Fique atento, pois elas serão divulgadas em breve! E atenção também para os horários dos programas:

Serviço:

Amazônia Brasileira

Apresentação: Beth Begonha

Horário: segunda a sexta-feira, a partir das 08h (horário de Brasília) e das 06h (horário de Tabatinga)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Tarde Nacional

Apresentação: Juliana Maya e Fátima Santos

Horário: a partir das 16h (horário de Brasília).

Você pode ouvir o programa no mesmo horário, ao vivo, aqui no site das Rádios EBC.



Porque sem terra, não há cultura

SÍTIO OUTRAS PALAVRAS, 30.08.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=dWklTaYtqo

Documentário revela a importância da demarcação das terras guaranis para manter viva a cultura e vida dos povos indígenas

Ao longo dos séculos, Parelheiros foi rota de passagem entre o planalto onde se localiza São Paulo e o litoral. Por lá passaram tanto os portugueses quanto, muito antes, deles, os habitantes originais da terra. Muito mais tarde, na década de 1950, alguns desses índios se fixaram no local, à margem da represa Billings. Hoje, existem três aldeias na região – Tenondé Porã, Krukutu e, mais recentemente, Tekoa Eucalipto.

Atualmente, a luta guarani é pela demarcação de um território de 15 mil hectares na Serra da Mar, que integraria as aldeias em São Paulo e Itanhaém. Enquanto isso, mais de 1,5 mil pessoas vivem em uma área de apenas 26 hectares

“Até hoje nós Guaranis sofremos pela demarcação das terras. Muitos falam que o índio não precisa de terra, mas na verdade todos nós seres humanos precisamos de terra. Aqui nesta aldeia nós temos somente 26 hectares. Não temos espaço para fazer uma plantação e um bom projeto porque a terra é pequena. A população tem crescido e não temos mais espaço para morar.”(Verá-Mirim, cacique da aldeia Tenondé Porã)

Fotografia: Andre Bueno e Deborah Stucchi

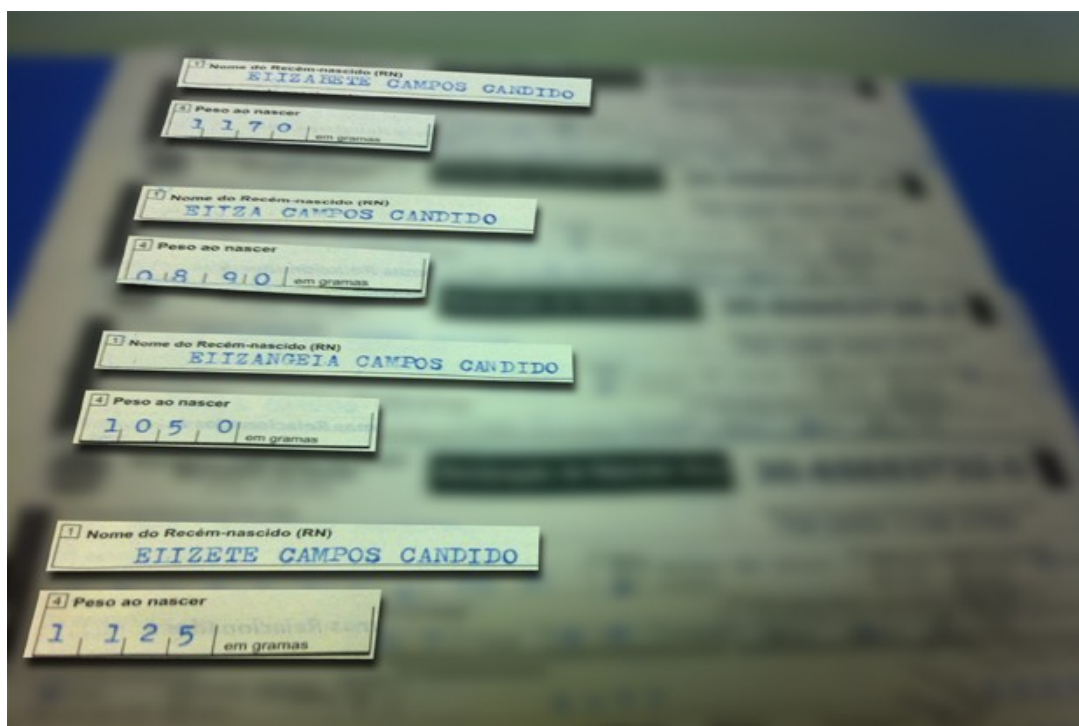
Edição: Andre Bueno

Roteiro: Carol Gutierrez, Jaime Leme, Mariana Belmont, Mauro Neri

'Muita raridade junta', diz obstetra sobre parto de quadrigêmeas em MS

SÍTIO G1/MS, 31.08.2014

Mulher de 37 anos descobriu gravidez de 4 bebês durante parto normal. Idade da mãe, tipo de fecundação e peso de bebês contrariam estatísticas.



Gabriela Pavão Do G1 MS

Registro de nascimento dos quatro bebês (Foto: Gabriela Pavão/ G1 MS) Registro de nascimento dos quatro bebês (Foto: Gabriela Pavão/ G1 MS)

A gestação de quadrigêmeas de Denir Campos, 37 anos, que acreditava estar grávida de apenas dois bebês, foi considerada por médicos situação rara por apresentar circunstâncias particulares. A idade da mãe, o tipo de fecundação, o peso das bebês, o parto normal e a quantidade de semanas foram alguns fatores apontados pela médica ginecologista e obstetra Deborah Elmor Faraco Coelho, consultada pelo G1.

Especialista em gestações de alto risco, Deborah explicou que a formação de gestação espontânea de quadrigêmeos não é comum e geralmente acontece em casos de tratamento

CONT.



para engravidar. “Muita raridade junta. Essa mulher, com essa idade, engravidar sem tratamento de fertilização, de quadrigêmeas univitelinas [a partir de um único óvulo] representa um caso raríssimo. Em uma a cada 700 mil mulheres você consegue achar quadrigêmeos, pelos menos é isso que temos na literatura [médica]”, explicou.

Médica ginecologista e obstetra Débora Faraco Coelho, diz que nascimento de quadrigêmos é muito raro (Foto: Reprodução/TV Morena) Médica Deborah Faraco diz que nascimento de quadrigêmos é raro (Foto: Reprodução/TV Morena)

A mulher, que é indígena da etnia terena e mora em um assentamento rural em Anastácio, teve as quatro gêmeas idênticas na última quinta-feira (28), em uma maternidade de Campo Grande. Segundo Denir, o ultrassom feito durante o pré-natal mostrava apenas dois fetos.

“Só fui saber da novidade na hora do parto, quando os médicos falaram que tinha mais um para nascer. Achei que eles estavam brincando, mas depois veio outra menina ainda”, lembra Denir. A dona de casa disse ter ficado em estado de choque com a notícia.

Conforme a médica, casos de gêmeos, trigêmeos e quadrigêmeos são mais comuns em mulheres com idade mais avançada que fazem tratamento de fertilização. “É mais comum com a fertilização, quando aumenta em 15% a chance de gêmeos, mas com tratamento. E mesmo com fertilização, quadrigêmeos é mais comum em pacientes acima dos 40 anos, quando implantamos quatro óvulos”, ressaltou.

A médica explica que a idade da indígena pode ter influenciado para a ocorrência de divisão de óvulos, mas o fato de serem univitelinos, originários do mesmo óvulo, torna o caso ainda mais particular.

“Pela faixa etária, ela condiz com as estatísticas. Porque a mulher mais velha produz mais hormônio, o FSH, então, mesmo ela não tendo uma alteração familiar, um histórico familiar, ela às vezes consegue formar dois óvulos. Esses dois óvulos se dividem, sofrem uma nova divisão e fazem esse milagre”, afirmou.

Parto normal

Segundo a assistente social da maternidade Cândido Mariano, Taline Mara Bronze, as bebês nasceram de 31 semanas, de parto normal e dividiram a mesma placenta durante a gestação, fatos também considerados raros pela obstetra.

“Em geral, o máximo que você consegue levar gravidez de gêmeos é 36 semanas, mas quadrigêmeos a gente já pensa em 31 e 32 semanas ou a partir de 28 semanas. Para os bebês serem viáveis a gente calcula 800 a 900 gramas de cada um. Talvez por ser indígena, ela aguentou até o sétimo mês. Normalmente ela poderia ter complicações, infecções urinárias”, explicou Deborah. Ela também afirmou que parto normal não é indicado nestes casos.

Outro fator que chamou a atenção da médica foi o peso das meninas. Elizabete, Eliza, Elizangela e Elizete nasceram com pesos entre 890 gramas e 1,170 quilo, e vieram ao mundo

CONT.



em um intervalo de 10 minutos. Logo depois do parto, as bebês foram levadas para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal, onde devem ficar para ganhar peso nas próximas semanas. Conforme o hospital, não há previsão de alta para elas.

Surpresa no parto

A especialista ainda explica que a suspeita de gêmeos pode ter sido provocada por falhas no processo de pré-natal. A indígena disse ao G1 que o ultrassom feito durante o acompanhamento gestacional mostrou apenas dois bebês.

“Essa surpresa [na quantidade de bebês] era comum quando não tinha ultrassom. Mas, dependendo dos métodos do pré-natal, dependendo do equipamento e do profissional que opera o exame, ainda hoje pode acontecer de não detectarem adequadamente antes os quadrigêmeos, daí o susto no parto”, alertou a médica.

Ajuda

Denir e o marido Odair Campos, 32 anos, têm outros 7 filhos. O casal foi transportado de ambulância de Anastácio para Campo Grande na noite de quinta-feira, quando ela começou a ter contrações. O marido teve medo de que o parto acontecesse na estrada.

Desde o nascimento das quadrigêmeas, a família recebe atendimento da Casa de Apoio à Mãe Gestante, administrada pela maternidade onde os bebês nasceram. Conforme a assistente social do local, Taline, o casal precisa de ajuda e doações para criar os filhos caçulas.

“É uma família bastante vulnerabilizada. Por isso, estamos pedindo para a população, para quem quiser e puder ajudar, que doe fraldas descartáveis tamanho RN (Recém-Nascido). Roupas e outras coisas não são prioridade agora porque eles nem usam, porque o tempo que ficarem na UTI só vão usar fraldas mesmo”, explicou.

As doações podem ser feitas diretamente na maternidade, localizada na avenida Marechal Deodoro, 2.644, no Centro.



Aldeia ganha cubano, mas ainda perde em estrutura

SÍTIO O DIÁRIO, 31.08.2014

Na beira do Rio Solimões, escondidos no meio da Amazônia, a duas horas de barco da cidade mais próxima, Tabatinga, no Amazonas, crianças, adultos e idosos da Aldeia Palmares se reúnem para a chegada de um convidado ilustre. Na mesa preparada no centro da tribo da etnia Tikuna, a maior do Brasil, a fartura de peixes e frutas da região deixa claro o quanto o visitante é bem-vindo. Esta sexta-feira foi dia de visita do médico cubano Gustavo Vargas Ramirez, de 50 anos.

Ele foi levado à floresta por meio do programa Mais Médicos para viver e clinicar em comunidade indígena. A fila de pacientes se forma e começam os atendimentos. A satisfação em ter, pela primeira vez, um médico fixo começa a se misturar com queixas por melhoria em infraestrutura. Se agora a comunidade tem um médico, ainda falta no polo de atendimento soro contra picada de cobras, problema comum na região. Se hoje há tratamento para diarreia e parasitoses, a falta de água potável ainda torna difícil a prevenção desse tipo de doença.

A situação, observada pelo Estado em visita a aldeias do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Solimões, reflete êxitos e problemas do Mais Médicos. Ao mesmo tempo em que levou as ações de atenção básica, o programa evidenciou a necessidade da melhoria dos demais serviços públicos.

Formado por 189 aldeias e 55 mil índios, o DSEI Alto Solimões hoje tem 25 médicos - 16 cubanos. Embora o distrito já tivesse nove médicos brasileiros antes da chegada dos estrangeiros, nenhum deles ficava fixo na comunidade. "Eles fazem visitas, mas não moram na aldeia, por causa da distância, então não ficava um médico de plantão", diz Weydson Gossel Pereira, coordenador do DSEI. Em todo os 34 DSEIs espalhados pelo Brasil, são 294 médicos do programa, o que fez o número de doutores saltar de 205 para 499 entre 2013 e 2014.

Rotina

O alojamento do cubano Ramirez fica na Aldeia Belém do Solimões. Ela foi escolhida para receber o polo base de atendimento. No local, ficam também enfermeiros, dentistas, farmacêuticos, além dos serviços de laboratório e vacinação. "Eu fico 15 dias direto na aldeia e passo os outros 15 dias do mês em Tabatinga, quando vem o meu outro colega cubano. Fazemos esse sistema de revezamento", conta ele, que divide o quarto com outros três integrantes da equipe de saúde.

Médico há 20 anos, ele já trabalhou na Gâmbia e na Venezuela. A diferença de idiomas não é problema. Quando necessário, os agentes de saúde locais, que são indígenas, fazem a tradução do tikuna para o portunhol, como foi o caso do atendimento ao paciente Alcides Tawana Ipuchima, de 68 anos, que não fala português, nesta sexta-feira. "Estou com tosse há

CONT.



semanas, dor no peito. Antes de ter esses médicos, a gente morria aqui, porque não tinha atendimento", diz ele.

Falhas

Os maiores desafios apontados tanto pelo cubano quanto pelos pacientes são as falhas nos serviços de apoio à atenção básica. "Faltam medicamentos no polo. Se uma pessoa é picada por cobra, ou a gente tem de usar remédio caseiro ou tem de ir para Tabatinga, que fica a mais de duas horas de barco. Também não temos água potável nem poço", reclama Enilzomar Fapá Coelho, de 38 anos, conselheiro indígena.

O cubano aponta os mesmos problemas e se queixa ainda da dificuldade em encaminhar pacientes para serviços de média e alta complexidade. "Mesmo em Tabatinga, não há médicos de várias especialidades básicas, como cardiologista, neurologista, psiquiatra, urologista. Nesse caso, tem de encaminhar para Manaus, que fica a mais de mil quilômetros daqui, são três dias de viagem de barco."

Pereira afirma, porém, que a chegada de médicos aos distritos indígenas têm impacto nos indicadores de saúde. "Já percebemos a redução do número de encaminhamentos para especialistas, por exemplo. Antes, como não tinha médico nenhum, qualquer problema de saúde que o indígena tinha era encaminhado para a cidade. E eles nem sempre aceitam sair da comunidade, acham que serão maltratados na cidade. Ter um médico na aldeia faz toda a diferença", afirma Pereira.

Outro lado. O coordenador do DSEI afirma que será entregue em dezembro obra que vai levar água potável para a maior aldeia do polo Belém do Solimões. Sobre o soro antiofídico, ele diz que os médicos do programa estão em fase de orientação para iniciar a aplicação do medicamento nas próprias aldeias. As informações são do jornal O Estado de S.Paulo.



Residência pega fogo e casal morre em aldeia indígena

SÍTIO AQUIDAUANA ON LINE, 31.08.2014

Um casal de idosos morreu no início na noite de ontem, por volta das 18h, durante um incêndio na aldeia indígena Sassoro, localizada no município de Tacuru - distante 427 km de Campo Grande.

De acordo com informações do boletim de ocorrência, os policiais foram informados do incêndio pelo motorista de uma ambulância da Sesai (Secretaria Especial De Saúde Indígena), mas ao chegarem no local o casal já estava morto.

Orissa Riquelme, 72 anos e Manoel Lopes, 86 anos, estavam em casa quando as chamas começaram. Vizinhos disseram que quando viram o fogo as chamas já estavam altas e nada puderam fazer para salvar os dois.

Os corpos do indígenas foram encaminhados para o IML (Instituto Médico Legal) de Ponta Porã e o caso vai ser investigado.



Três mil famílias do MST ocupam a fazenda Santa Mônica, do senador Eunício Oliveira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.08.2014

MST

Mais de três mil famílias Sem Terras ocuparam na manhã deste domingo (31) a Agropecuária Santa Mônica, localizada entre os municípios de Alexânia, Abadiânia e Corumbá (GO). A fazenda, registrada no nome do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), é um complexo de mais de 20 mil hectares e autodeclaradas improdutivas.

“O MST denuncia a escandalosa relação do senador Eunício com expulsão de dezenas de famílias camponesas da região, com o único intuito de promover a especulação fundiária, em uma região onde o preço da terra tem se valorizado muito nos últimos anos. Atualmente, além de vastas extensões de terra improdutiva, algumas propriedades são arrendadas para a produção de soja e milho, demonstrando o interesse exclusivamente financeiro que o senador tem com a área”, diz os integrantes do MST por meio de nota.

O senador Eunício Oliveira, candidato ao governo do estado do Ceará, é considerado o candidato a governador mais rico do Brasil, levando em conta seus bens declarados – R\$ 99.022.714,27.

Além de investimentos no fundo da previdência do Banco do Brasil (BrasilPrev Seguros e Previdência) – no valor de R\$ 1,5 milhão – e em Letras de Crédito do Agronegócio do mesmo banco (R\$ 2,1 milhões), o senador possui mais de 40% de seus bens declarados em propriedades rurais no estado do Goiás.

Leia a nota na íntegra

NOTA DO MST SOBRE OCUPAÇÃO DA FAZENDA SANTA MÔNICA – CORUMBÁ/GOIÁS

Neste domingo, dia 31 de agosto, cerca de três mil famílias do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a Fazenda Santa Mônica, uma das propriedades do candidato a governador e senador pelo estado do Ceará, Eunício Oliveira.

As propriedades do senador ficam entre os municípios de Abadiânia, Alexânia e Corumbá, a 150 km de Brasília e 120 Km de Goiânia. Segundo dados levantados pelo próprio MST, ao todo as propriedades do senador alcançam mais de 20.000 hectares e são auto-declaradas improdutivas.

O MST denuncia a escandalosa relação do senador Eunício com expulsão de dezenas de famílias camponesas da região, com o único intuito de promover a especulação fundiária, em uma região onde o preço da terra tem se valorizado muito nos últimos anos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Atualmente, além de vastas extensões de terra improdutiva, algumas propriedades são arrendadas para a produção de soja e milho, demonstrando o interesse exclusivamente financeiro que o senador tem com a área.

Esse é um claro exemplo de como o Estado brasileiro tem profundos vínculos com o latifúndio e o agronegócio. O parlamento nacional hoje é hegemonizado por ruralistas, que possuem mais de 1/3 do total de deputados e senadores, enquanto os representantes camponeses não chegam a uma dezena.

São justamente esses ruralistas que destruíram o Código Florestal e agora avançam para destruir as terras indígenas (com a PEC 215), além defenderem a flexibilização das leis trabalhistas e de impedirem uma regulamentação mais rigorosa dos agrotóxicos.

Apesar do poder do agronegócio, que influencia no atual processo eleitoral, financiando a campanha dos principais candidatos dos poderes executivo e legislativo, a força da nossa ocupação demonstra que esse modelo de morte está com os dias contados. Sendo a maior ocupação realizada no estado de Goiás nos últimos 10 anos, é composta por jovens, homens e mulheres que demonstram a atualidade da reforma agrária para um novo projeto de desenvolvimento para o país, baseado nas necessidades reais do povo trabalhador brasileiro.

Com essa ocupação, o MST reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira de lutar pelo fim do latifúndio, contra o agronegócio e pela produção de alimentos saudáveis para o povo da cidade e do campo.

A não realização da Reforma Agrária só interessa a uma pequena elite que defende apenas seus interesses, não os do Brasil. Por isso, seguimos em luta! E avisamos ao senador e aos poderes estadual e federal: viemos para ficar, queremos Reforma Agrária já!

Lutar, construir reforma agrária popular!
Corumbá – Goiás, 31 de agosto de 2014
Direção Estadual do MST-Goiás



Baniwa e Coripaco criam Conselho Kaali para discutir gestão de conhecimentos e patrimônio cultural no Alto Rio Negro/AM

SÍTIO XXXXXX, 31.08.2014

FOIRN

Foram quatro dias de assembleia da Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco (CABC) em Tunuí Cachoeira – Médio Içana, no município de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Nos dias 20 a 23 de agosto, representantes de 10 organizações indígenas da região do Içana e afluentes, e representantes de 93 comunidades, discutiram situação da saúde indígena, a questão da valorização dos conhecimentos tradicionais e da conservação de biodiversidade, histórico e principais conquistas do movimento Baniwa e Coripaco.

No primeiro dia ocorreu a Oficina sobre Política Nacional de Gestão Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), ministrada por André Fernando, liderança Baniwa e assessor da Coordenação Regional do Rio Negro da FUNAI. Durante a oficina foram apresentados e explicados, em língua Baniwa, os objetivos e as ferramentas para a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) como, por exemplo, os conceitos de etnomapeamento e etnozoneamento do território. Além disso, foram apresentados e discutidos na plenária as diretrizes e os 7 Eixos Temáticos da PNGATI, a saber: (1) – Proteção Territorial e recursos naturais; (2)- Governança e participação Indígena; (3)- Áreas Protegidas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas; (4) – Prevenção e recuperação de danos ambientais; (5) – Uso Sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas; (6) – Propriedade Intelectual e Patrimônio Genético e (7)- Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Ainda no mesmo dia, foi a vez da Sandra Gomes Castro, representante da CAIMBRN (Coordenadoria das Associações do Médio e Baixo Rio Negro) apresentar as experiências da ACIMRN (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro) sobre o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN), reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil em 2010.

A exposição da experiência, de acordo com a Sandra, faz parte da divulgação do SAT-RN para as demais regiões, onde o trabalho ainda é pouco conhecido. Sua palestra visou ainda contribuir para a discussão e formação dos Conselhos de Roças Locais, uma das ações de salvaguarda iniciadas no âmbito do SAT-RN.

O Histórico do Movimento Indígena Baniwa e Coripaco e suas principais conquistas também foi assunto de palestra, que teve como objetivo mostrar os avanços e as conquistas obtidas em mais de 20 anos de atuação, desde que foi criada a primeira organização indígena na região, a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana (ACIRI), em 1989. Foi exposto um quadro indicativo de “antes e depois (hoje)”, para a visualização das conquistas. Experiências das iniciativas como a educação escolar indígena Baniwa e Coriapaco, Instituto de Conhecimentos Indígenas e Pesquisas do Rio Negro (ICIPRN) e Pimenta Baniwa também foram os assuntos de apresentação durante a assembleia.

CONT.



Criação do Conselho Kaali

Nas discussões e debates sobre a “Valorização dos Conhecimentos Tradicionais e Conservação de Biodiversidade no Território Baniwa e Coripaco”, que foi o tema central da assembleia, viu-se a necessidade de um diálogo ampliado e aprofundado sobre o tema. Por isso foi proposto e aprovado o Conselho Baniwa e Coripaco de Gestão de Patrimônio Cultural, ou Conselho Kaali.

Na cultura Baniwa, Kaali foi um ser que deu origem à mandioca. Alguns clãs Baniwa contam em suas versões que ele foi a própria mandioca. A história é longa, mas o motivo da escolha foi o que esse nome representa para esses povos. A ideia é que o conselho reúna e fortaleça os conselhos que já existem na região, como o de Saúde, entre outros. A formação do conselho ainda está em processo de construção, e para isso foi montada uma comissão para iniciar a elaboração da documentação.

A composição do Conselho Kaali vai contar com a participação de representantes de conhecedores tradicionais, professores de escolas de ensino médio e fundamental, estudantes, lideranças indígenas, Agentes Comunitários Indígenas de Saúde, até o número mínimo de 45 membros. E dois membros do Conselho Kaali serão os membros do Conselho de Roça Local (São Gabriel da Cachoeira), que já foram definidos durante a assembleia.

Carta de apoio à Carta elaborada pela FOIRN em repúdio à situação da Saúde Indígena no Brasil e no Rio Negro

Nós representantes legítimos do povo Baniwa e Coripaco reunidos na V Assembléia Geral da Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco (CABC), no total de 132 pessoas entre lideranças de associações (OICAI, ACIRA, OIBI, ABRIC, UNIB, AAMI, OCIDAI, AMIBI, AIBRI e Diretor da FOIRN), professores das Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, agentes de saúde, convidados (ACIMRN e FUNAI), estudantes, produtoras, artesão e capitães (enawinai) das comunidades no período de 20 a 23 de Agosto de 2014 na comunidade Tunui Cachoeira, com o tema “Valorizando conhecimentos tradicionais e Conservação de Biodiversidade no Território Tradicional Baniwa e Coripaco”, após palestras, exposições e debates específicos sobre a saúde indígena Baniwa e Coripaco, o plenário deliberou para apoiar a iniciativa da FOIRN em defesa do direito à saúde indígena através da Carta Pública dos Povos Indígenas do Rio Negro sobre a Saúde Indígena no Brasil e reafirmamos que a saúde indígena em 93 comunidades, cinco pólos base para mais de 6.200 pessoas Baniwa e Coripaco é precária, péssima em infraestrutura, sem prédios, sem medicamentos e sem equipamentos. Por isso repudiamos os gestores da Saúde Indígena como todo na Gestão do subsistema. E pedimos que melhore o serviço de saúde indígena nas comunidades.

Tunui Cachoeira/SGC/AM, 23 de Agosto de 2014

Participantes avaliaram que a V Assembleia da CABC foi bastante produtiva

Antes da avaliação da assembleia pelos participantes, foram definidos os nomes para a composição do Conselho da Roça de São Gabriel da Cachoeira (Conselho Local), e os 20 delegados para participar da Assembleia Geral da FOIRN, prevista para novembro em Santa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Isabel do Rio Negro. Foi também feita uma eleição para a recomposição de diretoria da CABC, depois que um membro abandonou o cargo de vice-coordenador.

De acordo com a avaliação dos participantes, a assembleia foi importante para retomar as discussões sobre temas de relevância para os povos Baniwa e Coripaco, e definir ações para próximos anos, como é o caso do Conselho Kaali, que vai contribuir decisivamente nas discussões sobre a valorização de conhecimentos tradicionais e gestão de patrimônio cultural no território Baniwa, que compreende a região do Içana e afluentes.



Indígena de Tenente Portela conquista mestrado na UFRGS

SÍTIO RÁDIO ALTO URUGUAI, 01.09.2014

O indígena Bruno de Ferreira, de 49 anos, morador da comunidade indígena do Guarita, em Tenente Portela, conseguiu um feito histórico. Ele é o segundo indígena, de origem caingangue, a obter título de mestrado no país.

Na sexta-feira, na Faculdade de Educação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), em Porto Alegre, ele defendeu sua dissertação sobre processos próprios de aprendizagem na Educação caingangue.

Na comunidade onde vive, Bruno divide seu conhecimento com outros 7 mil indígenas. Conforme sua cultura, tudo o que é conquistado, seja material ou imaterial, é compartilhado. Ele argumenta que o diálogo saudável, característico do seu povo, deve ser preservado. "Penso que um diálogo em alto nível se faz com palavras e compromissos. Nós, indígenas, sempre teremos isso, afinal é uma tradição de nossos ancestrais", afirmou.

Formado em História, na Unijuí, Bruno iniciou os seus estudos de mestrado em 2012, enquanto atuava como coordenador pedagógico do Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel.



Indígenas wichís presos iniciam segunda greve de fome por liberdade

SÍTIO ADITAL, 01.09.2014

Avelino Tejada, presidente da Associação Civil Satuktes, que compreende todo o território de San Martín, no oeste de Formosa, juntamente com seus irmãos wichís Esteban, Manuel, Rogelio e Ricardo iniciaram uma segunda greve de fome para reclamar sua liberdade. Segundo informações do blog Librerita (<http://librerita.blogspot.com.ar/>), doentes e agredidos, os cinco estão presos na Prefeitura de Las Lomitas há um mês e nunca receberam tratamento médico, mas lhes dão, sem nenhum controle, medicação para as dores.

O Prêmio Nobel da Paz argentino, Adolfo Pérez Esquivel, manifesta seu apoio à causa dos presos wichís

O governo é acusado de atacar a Comunidad Wichí Cacique El Colorado. Os irmãos Tejada vinham denunciando há anos as intromissões, mas nunca prestavam atenção em suas denúncias, segundo expressaram membros da comunidade. Em 28 de julho passado, o grupo privado que ameaçava invadir o território indígena se encontrou com a resistência dos irmãos Tejada. Ocorreu, então, uma forte repressão policial e os indígenas foram presos.

Avelino já fez uma greve de fome, tem dores nas costas e, possivelmente, pelo que comentaram familiares que o visitaram, infecção urinária. Em 28 de julho, quando foram atacados em sua comunidade por 70 policiais guiados, segundo relatam as testemunhas, por um funcionário do Instituto de Comunidades Aborígenes (ICA), Moisés Fernández, e outras duas pessoas civis, María Ortíz e Jerson Paulos, os irmãos foram agredidos juntamente com suas mulheres e filhos, trataram de levar um bebê recém-nascido e destruíram as casas. Ricardo Tejada teria recebido tantos golpes e balas que ficou internado por três semanas acorrentado à cama, no Hospital Central de Formosa, e depois de operá-lo, o levaram para passar seu pós-operatório na prisão.

Os indígenas wichís defendem que o ICA deve passar por uma intervenção, assim como o Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI). Suas autoridades e funcionários estariam percorrendo as comunidades de todo San Martín, sem sua presença consulta nem autorização, violando Tratados Internacionais, a Constituição e Leis, guiados por um representante do governo, Isaías López.

Econía Álvarez é um ancião Wichí, que vive com sua família, umas 10 pessoas, às margens de Pilcomayo, na zona de San Martín Viejo, que, em determinadas época é inundado e a maioria das pessoas abandona o local, mas, em todos os verões, na lua das colheitas, elas voltam para viver com o rio e colher. Já várias vezes sofreu atentados, querem matá-lo porque não permite que colonos se aproximem. Ele denuncia que funcionários do ICA e INAI percorrem a zona com a desculpa do levantamento territorial, para gerar uma demarcação expulsadora das comunidades.

CONT.



As mulheres e os filhos dos irmãos Tejada detidos são obrigados a mendigarem por comida, porque não têm o que comer. "Quando soube que os atacaram fui ao lugar com algo de comida, não levei leite, as crianças choravam de fome, a mãe pegou um saquinho de açúcar e com uma colher misturou com água e deu às crianças, esse foi o leite" contou a tia dos presos.

Argentinos saem às ruas em solidariedade aos indígenas wichís

No Congresso da Nação, há três semanas, foi realizada uma Audiência Pública, pelo que está acontecendo com essa comunidade; funcionários e deputados se comprometeram a ir à zona, mas a realidade é que um mês depois do ataque, as famílias continuam sem comida, as crianças sem atenção médica. Somente o advogado dos irmãos Wichí, Daniel Cabrera, juntamente com outros advogados que o acompanham, apresentaram recursos de Habeas Corpus pelas vítimas, mas teriam sido fraudulentamente rejeitados.

Uma campanha está sendo levada a cabo pedindo a liberdade dos irmãos Wichí presos. Fotos com o cartaz pedindo liberdade eles estão circulando. Os organizadores da campanha pedem que o material seja traduzido, impresso e distribuído. Orientam que as pessoas liguem para a Prefeitura de Lomitas (telefone 03715 432900), para perguntar pelos irmãos. "Sair à rua para informar os demais, pedir que se somem, inundar as redes, exigir apoio dos meios que se dizem comunitários e alternativos". A campanha afirma ademais que o caso dos irmãos Tejada não é policial, é um caso testemunho do plano sistemático de extermínio indígena, expulsão de territórios, apropriação e concentração da terra para sua exploração devastadora.

Mais informação em <http://librerita.blogspot.com.ar>

<https://www.facebook.com/groups/todosomosqom/>

Assista ao vídeo com o testemunho de Nidia García, professora da comunidade, sobre o ataque sofrido pelos wichís:

<https://www.facebook.com/video.php?v=488969014572176>

Ministério Público Federal responde ao Diário Catarinense

SÍTIO PORTAL CAMPOBELO, 01.09.2014



Resposta colhida através de correio eletrônico do CIMI – Conselho Indigenista Missionário – Equipe Florianópolis

DIREITO DE RESPOSTA
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Neste mês, o jornal Diário Catarinense veiculou uma série de reportagens intitulada “Terra Contestada”, cujo tema principal foi o processo de demarcação da Terra Indígena de Morro dos Cavalos.

Contudo, na edição de domingo, dia 10 de agosto de 2014, foi veiculada reportagem sobre a Terra Indígena Xapecó, localizada nos municípios de Entre Rios e Ipuacú, intitulada “UM EXEMPLO DE VIDA DIGNA PELA AUTONOMIA”.

Em que pese os louváveis propósitos do jornal, ao retratar a situação de uma das terras indígenas do Oeste de Santa Catarina – fato inédito nos maiores veículos de comunicação do estado –, a reportagem chama a atenção pela desinformação, equívocos e parcialidade de quase tudo o que foi noticiado.

A impressão que se tem é que a comunidade indígena é utilizada apenas como pano de fundo – e distorcido –, em uma tentativa de total desqualificação do trabalho desenvolvido pela FUNAI, especialmente na identificação e demarcação de terras indígenas.

CONT.



Os equívocos e a desinformação vão desde erros grosseiros sobre a população da TI Xapecó – dados oficiais, corroborados em recente levantamento realizado para o pleito de escolha do novo cacique, mostram que aquela comunidade é formada por 5.414 indígenas –, chegando até à total omissão dos problemas gravíssimos enfrentados pelo povo Kaingang de Ipuacú e Entre Rios, infelizmente ainda muito longe de ser considerado um modelo de “desenvolvimento”, especialmente na acepção adotada pela reportagem, de mero acúmulo individual de bens materiais.

A reportagem omite – ou está desinformada – que a escola indígena Cacique Vahnkre, que possui o ginásio de esportes em formato de tatu e o prédio inspirado em um casco de tartaruga mencionado pelo jornal, foi interditada por cerca de 70 dias pela Vigilância Sanitária, após inspeção realizada pelo Ministério Público Federal ter identificado as precárias condições de conservação daquela escola, inclusive com relação à merenda escolar. O ginásio continua interditado até hoje, pois suas péssimas condições colocam em risco a segurança dos estudantes.

Na mesma inspeção, o Ministério Público Federal constatou graves problemas de conservação e manutenção também dos ônibus que realizam o transporte escolar dos estudantes.

Na área da educação, a Terra Indígena Xapecó também ostenta um triste título: nela estão localizadas as escolas que apresentam os dois piores Índices de Desempenho da Educação Básica – IDEB do estado de Santa Catarina.

Recente inspeção realizada naquela terra tradicional também revelou as precárias condições das unidades de saúde lá existentes.

Cabe esclarecer que a responsabilidade direta pela oferta dos serviços de saúde e educação em áreas indígenas está a cargo da União, Estado e Municípios, e não da FUNAI.

Cumprir destacar, também, que problemas envolvendo unidades de saúde e educação infelizmente são frequentes em nosso país, especialmente em comunidades da área rural. Contudo, esses problemas se potencializam, em muito, no caso das comunidades indígenas de Santa Catarina, em virtude do descaso do Poder Público, do desconhecimento e da incompreensão da sociedade – e de muitos veículos de comunicação – em relação à questão indígena e também – é preciso que se diga – pela omissão de algumas lideranças indígenas, muitas vezes mais preocupadas em defender seus próprios interesses pessoais e financeiros e não aqueles da sua comunidade. Aliás, comportamento que lembra o de muitos de nossos mandatários.

Em relação à noticiada instalação de uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH na Terra Indígena, necessário informar que existe óbice constitucional à implementação desses empreendimentos – e também à exploração de recursos minerais do subsolo – em terras tradicionais indígenas (art. 231, §§ 3º e 6º). Nesse sentido, o Ministério Público Federal em Xapecó expediu recomendação ao IBAMA, à FATMA e à FUNAI para que se abstenham de licenciar ou praticar qualquer ato relacionado ao licenciamento de empreendimentos dessa natureza, enquanto não seja promulgada lei complementar tratando da exploração das

CONT.



riquezas naturais existentes nas terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas do Oeste catarinense. As informações encaminhadas pela FATMA dão conta de que todos os procedimentos de licenciamento desses empreendimentos em áreas indígenas estão suspensos.

Com relação à plantação de soja na TI Xaçupé, isso ocorre por meio das denominadas “parcerias” firmadas por parcela dos indígenas com agricultores da região, fato que está sendo apurado pelo Ministério Público Federal, diante de denúncias de apropriação dos resultados dessa atividade por pequenos grupos, inclusive por pessoas que não integram o povo Kaingang da TI Xaçupé. Importante esclarecer, contudo, que tais fatos – além de outros, como a saída de centenas de indígenas para trabalhar em agroindústrias da região – decorrem da total inexistência, por parte do Poder Público, de uma alternativa de desenvolvimento sustentável para essas comunidades. Situação, diga-se, até pior do que aquela enfrentada pelos assentados pela Reforma Agrária, que, após serem fixados em determinada área, também são lançados à própria sorte, mas aos menos recebem alguns poucos recursos, como o crédito instalação, por exemplo.

Sobre esse ponto, deveríamos ainda nos indagar se desejamos que as terras indígenas de nosso país sejam transformadas em grandes “fazendas de soja”, desmatando florestas, comprometendo os recursos hídricos, contaminando os mananciais de água com agrotóxicos. A situação atualmente enfrentada pelos habitantes da capital paulista, ao menos nos parece, deveria servir de alerta com relação ao resultado para o qual o nosso atual modelo de “desenvolvimento econômico” está nos levando. O respeito à diversidade, a valorização do pluralismo, da multiplicidade cultural de nosso país, a proteção às nossas comunidades tradicionais pode ser uma alternativa que nos possibilite buscar um novo caminho, um novo modelo, conforme almejado e positivado pelo Constituinte de 1988.

Por fim, impossível não externar a perplexidade com a reportagem no que tange ao descumprimento de regras comezinhas da redação dos veículos de comunicação, que recomendam que se colha o ponto de vista das demais partes envolvidas em qualquer fato. Nesse sentido, realmente causa espécie que não tenham sido consultadas a FUNAI – que, em que pese suas evidentes deficiências estruturais, continua sim atuando na Terra Indígena Xaçupé – e o Ministério Público Federal, instituição à qual, por mandamento constitucional, incumbe, entre outras, a proteção dos interesses sociais, difusos e coletivos e a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.

Nesse mister, a Procuradoria da República em Chapecó tem dezenas de inquéritos civis instaurados, ações civis públicas ajuizadas e recomendações expedidas em relação a cada um dos temas acima abordados – e muitos outros –, e que poderiam ser pormenorizadamente apresentados, caso houvesse sido contatada pela reportagem.

Como afirmado por um dos ilustres entrevistados pelas reportagens do Grupo RBS sobre esse tema, autor de notável obra sobre o direito à liberdade de expressão e o chamado hate speech, certamente “o remédio contra o ódio não é o silêncio forçado, mas mais liberdade”. Contudo, se de um lado a Constituição garante a liberdade de expressão, um dos valores supremos de uma verdadeira democracia, também ela assegura o direito à devida e correta informação, a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

outra face de uma mesma moeda, que, neste caso, restou esquecida.

Imagem tomada do <http://www.caciquevanhkre.rct-sc.br/>, com alunos da 4ª série e professores da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre em entrevista com o Sr. Vicente Fokáj.



Nelsinho promete convencer bancada federal a não votar projetos até resolver questão indígena

SÍTIO DO POVO ON LINE, 01.09.2014

O candidato do PMDB ao Governo do Estado, Nelsinho Trad, participou na manhã desta segunda-feira (1º) de uma sabatina na Famasul, com o objetivo de explicar propostas para o agronegócio. Durante discurso ele falou sobre a questão indígena e prometeu todo esforço para garantir direito a propriedade, criticando o Governo Federal pela "frouxidão" para resolver a questão. Em tom de indignação, o candidato chegou a dizer que vai pedir para bancada federal não votar nada enquanto não resolver a questão.

Nelsinho iniciou o discurso destacando o investimento do Estado no agronegócio, ressaltando o total de investimento em pavimentação de rodovias, que segundo ele dava para ir daqui até Fortaleza-CE, e o que foi realizado por ele à frente da Prefeitura de Campo Grande, entre elas o total de empresas que vieram para o Estado, programa de pagamentos por serviços ambientais e monitoramento dos 33 córregos.

Como propostas Nelsinho declarou a extinção de algumas secretarias e o desmembramento da Seprotur, usando todo o peso político do Estado para acelerar a construção das ferrovias; política de incentivos para a agricultura irrigada; tramitação mais rápida de licenciamento ambiental, fortalecer a Agraer, criando cartão de compras para adquirir insumos; programa para aumentar produtividade agrícola e fertilidade do solo e o Programa da Aldeia Produtiva, com treinamento e capacitação agrônômica dos indígenas.

Nelsinho também propôs criação de certificação para carne produzida na fronteira e intensificar a implementação de ações sanitárias; fortalecimento do serviço sanitário animal e vegetal, garantindo no mínimo um engenheiro agrônomo e um veterinário todos os dias em cada município.

O candidato também anunciou que se eleito vai criar o Programa Peixe Vida, com objetivo de dar suporte financeiro a piscicultores; extinção gradual da equivalência na exportação de soja e milho, com fim da equivalência de 50% para a exportação da soja e milho in natura, por meio de cronograma de redução anual e desburocratizar, informatizar e baixar custos do licenciamento ambiental.

Nelsinho também falou sobre o apoio dele à candidata à presidente, Marina Silva, e prometeu empenho para atender a classe produtora. "Sei que a categoria tem certa restrição a Marina. Importante se ela ganhar nós também estarmos lá. Estaremos inseridos nesta questão para defender interesses de vocês", concluiu.

Fonte: Wendell Reis



Tribos indígenas isoladas são incluídas como atração em pacotes turísticos

SÍTIO O POVO ON LINE, 01.09.2014

Ativistas pelos direitos dos indígenas denunciam que guias estão incluindo no roteiro de passeio áreas onde vivem essas tribos isoladas

Uma tribo indígena isolada na Bacia Amazônica, próximo à fronteira entre o Brasil e o Peru, é atração em tours ilegais para turistas, de acordo com informações do site UOL. Ativistas pelos direitos dos indígenas denunciam que guias estão incluindo no roteiro de passeio da região áreas onde vivem essas tribos isoladas.

A Federação Nativa Nacional do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad) recebeu relatos dos encontros recentes entre turistas, que deixam objetos e até roupas nas margens do rio, e indígenas da tribo mashco-piro, na região de Madre de Dios. A área é de floresta densa, no Peru, e os ativistas esperam pela intervenção do governo peruano para resolver o problema.

Situações como essa são investigadas já há dois anos pela Survival Internacional. Os ativistas pelos direitos indígenas já usaram o disfarce de turistas e contrataram guias questionando a possibilidade dos passeios serem realizados na região da tribo mashco-piro, confirmando que essa espécie de "safári humano" é bastante comum.

A reserva de Madre de Dios, habitat das tribos isoladas, possuía uma área de 20 mil quilômetros para preservar o modo de vida dos indígenas. No entanto, a área é atualmente reduzida em 7.700 mil quilômetros quadrados.

As entidades que reivindicam os direitos indígenas esperam que o governo peruano reforce a fiscalização sobre os turistas, fortaleça equipes de guarda, e, ainda, que amplie a área de proteção.

Redação O Povo Online



Governo propõe criar instituto de saúde indígena

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 01.09.2014

O governo federal propôs a criação de um novo órgão para cuidar da saúde e do saneamento indígenas, que vai permitir a contratação de trabalhadores, sem concurso público, e a aquisição de equipamentos e serviços sem obedecer aos trâmites da Lei de Licitações.

Segundo o Ministério da Saúde, no entanto, há regras que deverão ser seguidas pelo Insi (Instituto Nacional de Saúde Indígena), como seleções públicas de candidatos e compras que "respeitam os princípios" da lei atual de licitações.

A proposta tem o objetivo de evitar o descumprimento de um acordo judicial que previa o fim da terceirização na saúde indígena, firmado com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho em 2008, mas que previa a realização de concurso público na área. A proposta foi desenhada pela Saúde ainda sob a gestão Alexandre Padilha e em parceria com o Ministério do Planejamento.

A ideia é que o novo órgão, batizado de Insi, integre a administração indireta e seja regido pelo direito privado, mas ficará subordinado ao Ministério da Saúde e deve herdar um orçamento anual de cerca de R\$ 1 bilhão, para atender a cerca de 660 mil indígenas que vivem em aldeias.

O governo está discutindo a proposta com as comunidades indígenas e com o Ministério Público. A Saúde pretende mandar um projeto de lei ao Congresso Nacional até outubro para que ele possa ser concretizado.

Sua criação ocorre apenas quatro anos após a criação de um outro órgão para saúde indígena, a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), que descentralizou a gestão para os DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas), mas não foi capaz de resolver os problemas do setor, na avaliação dos órgãos de controle.

É UM SETOR MARCADO POR IRREGULARIDADE

Historicamente, o setor da saúde indígena é marcado por irregularidades e suspeitas de corrupção, desde quando ficava a cargo da Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

A Folha de S.Paulo revelou em março, por exemplo, que auditorias da CGU (Controladoria-Geral da União) detectaram gastos irregulares de R\$ 6,5 milhões na saúde indígena, já sob a gestão da Sesai, e houve afastamento de funcionários suspeitos de envolvimento.

Essa proposta do Insi, porém, já começou a gerar protestos do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que a classifica de "privatização da saúde indígena".

CONT.



Para o ministro da Saúde, Arthur Chioro, o instituto vai agilizar a prestação de serviços na área e continuará sendo fiscalizado pelo ministério e pelos órgãos de controle, como CGU, TCU (Tribunal de Contas da União) e Denasus (Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde).

“Não existe perda de controle, essa é a grande vantagem, tem o ganho de governança da administração privada e não perde o caráter público”, afirmou.

Nesse quadro, a Sesai permaneceria apenas como formuladora de políticas para o setor, enquanto o Insi executaria toda a prestação de saúde indígena.

TERCEIRIZADO

Atualmente, a Sesai terceiriza a saúde indígena por meio de três organizações sociais, que contratam a mão de obra para atuar nos DSEIs, atualmente de cerca de 12 mil profissionais. A ação do Ministério Público era justamente para evitar essa terceirização, considerada ilegal.

Segundo Chioro, as contratações agora seriam feitas diretamente pelo Insi, por meio de processos seletivos mais simplificados que concursos públicos, da mesma forma que ocorreria com as licitações.

“Na parte de compras, por exemplo, você respeita os cinco princípios da 8.666 [Lei das Licitações], mas vai ter um regimento de compras que permite ter dispensa de várias etapas, os prazos são menores, tem aquisição de materiais e serviços com muito mais agilidade e transparência”, afirmou o ministro.

Para o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, o Insi vai “legalizar os vínculos empregatícios precários e perpetuar o caos”.

(Diário do Pará)



Prefeito de Maricá suspende obras de duto do Comperj e cobra contrapartida da Petrobras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.08.2014

Determinação de Washington Quaqué interrompe, nesta sexta, construção de emissário até a praia de Itaipuaçu

por Gustavo Schmitt - O Globo

NITERÓI — A prefeitura de Maricá determinou na quinta-feira, dia 28, a paralisação, nas frentes de obras do município, da construção do emissário do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O duto de 40 quilômetros de extensão vai levar efluentes de resíduos químicos, já tratados, da refinaria, em Itaboraí, à Praia de Itaipuaçu, em Maricá. A determinação para suspender as obras partiu do prefeito Washington Quaqué (PT), que cobra da Petrobras o pagamento de uma contrapartida de R\$ 20 milhões para reduzir o impacto do empreendimento na região. O dinheiro, cujo repasse foi acertado em abril, por meio de um convênio, seria usado para o asfaltamento de ruas e a construção de uma escola técnica. Ele disse que, na última quarta-feira, a estatal apresentou uma contraproposta, sugerindo apenas recuperar as vias danificadas pelas intervenções.

O prefeito ainda acusou a Petrobras de esburacar ruas recentemente asfaltadas pelo município num trecho terrestre da obra de cerca de 11 quilômetros, entre Inoã e Itaipuaçu.

— A cidade não vai sofrer com esses transtornos sem receber nada em troca — disse Quaqué, ressaltando que não há previsão de retorno para as obras.

A Petrobras esclarece que os recursos de compensações relativas à obra do emissário de efluentes estão provisionados e devem ser investidos na área de influência direta do projeto. Segundo a empresa, a verba será repassada tão logo sejam acertadas as alternativas técnicas junto ao município.

AMBIENTALISTAS EM ALERTA

O duto da Petrobras também provoca polêmica entre ambientalistas, temerosos de que efluentes do complexo, que serão lançados a quatro quilômetros da orla, poluam as praias e a área marinha do Parque Estadual da Serra da Tiririca (Peset). Em junho, a liberação do licenciamento ambiental pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) reacendeu a discussão.

O alerta soou após o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra emissário revelar que a Petrobras desistiu de fazer o despejo dos resíduos na Baía de Guanabara para não prejudicar a população de botos-cinza. O relatório atesta que o lançamento de efluente líquido levaria à

CONT.



alteração da qualidade da água da Baía, o que causaria degradação de forte intensidade. Segundo o documento, “esse fato aconteceria porque na baía existe uma dificuldade grande de
CONT.

troca de água e suas águas recebem esgoto há muito tempo”, diferentemente do mar de Itaipuaçu, onde não há tanto despejo de esgoto.

Imagem mostra o traçado do emissário que está sendo construído pela Petrobras - Arte

Imagem mostra o traçado do emissário que está sendo construído pela Petrobras – Arte

Mestre em Ciência Ambiental pela UFF e membro do conselho consultivo do Peset, Cássio Garcez demonstra preocupação:

— Se esses efluentes podem prejudicar os botos, também podem impactar o peixe de Itaipuaçu. Eles (a Petrobras) dizem que os efluentes serão tratados, mas sabemos que se tratam de substâncias tóxicas e que, ao longo dos anos, vão se acumular no ecossistema e nos seres marinhos.

INEA DIZ QUE MAR NÃO SERÁ IMPACTADO

Nascido e criado em Itaipuaçu, o pescador Isaias Rezende, conhecido como Jacaré, disse que já percebeu a redução da quantidade de pescado somente com o movimento de embarcações a serviço da Petrobras na praia:

— Elas estão ali para fazer medições para a construção do emissário. E também há o despejo de material da dragagem do Porto do Rio. Tudo isso tem afastado os peixes. Muitas espécies estão desaparecendo.

A Petrobras garante que as condições de balneabilidade das praias não serão afetadas e ressalta que vai tratar todos os efluentes sanitários e industriais antes do despejo no mar. A empresa informa ainda que parte significativa dos efluentes — embora não revele a quantidade exata — será reutilizada dentro do próprio Complexo, em vez de ser descartada.

O Inea informa que os estudos realizados durante o licenciamento ambiental demonstram que, após o tratamento, os efluentes do Comperj não deverão alterar a qualidade da água do mar, já que terão valores de cinco a dez vezes inferiores aos estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Eliana Leite.



Usina força saída de índias de 'Bye Bye Brasil'
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.08.2013

Lucas Reis – Folha de S.Paulo

ENVIADO ESPECIAL A ALTAMIRA (PA)

A caravana mambembe interrompe a viagem pela Amazônia, em 1978, ao encontrar uma família indígena perdida, que pede carona até Altamira (PA), marco da rodovia Transamazônica.

“Depois que os brancos chegaram, minha aldeia se acabou”, relata o cacique.

A história se repete no interior do Pará 36 anos depois da passagem da trupe fictícia de Lorde Cigano (José Wilker) e Salomé (Betty Faria), personagens de “Bye Bye Brasil” (1979), de Cacá Diegues.

Mãe e filha, índias que participaram das filmagens, serão retiradas de onde vivem há 30 anos por causa da usina de Belo Monte. A casa de alvenaria e porta de madeira será inundada pelo reservatório da hidrelétrica.

“A gente é acostumada a ter o rio por perto desde sempre. Como vai ser agora? Para onde vão nos levar?”, lamenta Maria Antônia Xipaia Curuaia, 52, ao lado da mãe, Maria Xipaia, 87. Sentadas na varanda de casa, elas observam o que sobrou da vista do rio Xingu, um vão no muro da frente.

“Era tão bonito aqui, não tinha nada, não tinha casa na frente, era só o rio. A gente se banhava, lavava roupa, a água era tão limpa. Agora não dá mais”, diz Maria, a mãe.

Maria tinha 50 anos, e Maria Antônia, 15, quando Cacá Diegues chegou à cidade, de 20 mil habitantes à época, para iniciar o seu novo filme.

O roteiro conta a saga da caravana Rolidei, um grupo de artistas que viajava pelo Brasil em busca de praças para apresentar espetáculos de magia, música e feitiços.

Frustrado pela popularização da TV, o personagem de Wilker, líder do grupo, aceita a dica de um caminhoneiro: Altamira, na metade da Transamazônica, era o novo “eldorado” brasileiro.

O filme retratava as mudanças em curso e a imbricação entre moderno e arcaico pelo litoral e sertão nordestinos, Belém e Brasília.

No recém-lançado livro “Vida de Cinema (ed. Objetiva), Diegues diz que uma experiência

CONT.



anterior com xavantes aculturados, em Mato Grosso, o motivou a retratar índios em "Bye Bye Brasil".

"Ele [Diegues] entrou em contato perguntando se havia índios bebendo e jogando bilhar em bares. Isso não existia em Altamira, era uma cidade pequena e isolada. Mas lembrei daquela família indígena aculturada que vivia havia anos na cidade", diz Salomão Santos, 69, que à época atuava na Funai (Fundação Nacional do Índio).

TV 'POLTERGEIST'

A presença indígena no Médio Xingu remete ao século 17 e a relatos de xipaias, curuaias e jurunas na região.

Esses índios sofreram ao longo dos anos as mazelas da invasão branca, na exploração da borracha e nas intervenções do regime militar, com a Transamazônica e a distribuição de terras a colonos. Mais tarde, na controversa usina de Belo Monte.

A família de Maria e Maria Antônia já vivia em Altamira no período da gravação do filme de Diegues. Salomão, da Funai, conversou com todos e negociou a gratificação, paga pela produção do longa.

"Naquela época não tínhamos TV, tudo era novidade. A cidade parou, ninguém sabia o que era aquilo. Ficamos tímidos, não havia ensaio. Eles falavam o que fazer e pronto", conta Maria Antônia.

Ao todo, 13 índios aparecem no filme. Com exceção do cacique, ator, são todos da mesma família –pais, tias, sobrinhos, irmãos. As crianças seguravam aviões e TVs de brinquedo, os homens usavam óculos escuros e ouviam rádio –numa mistura de cenas inspiradas nos xavantes de Mato Grosso e situações "reais".

"Os índios que filmei a olhar o aparelho de TV em 'poltergeist' estavam lá mesmo, não constavam do roteiro nem foram improvisados. Eles olhavam para o aparelho de TV sem imagem e se satisfaziam com isso. Pedi para filmá-los e eles me autorizaram a fazê-lo", afirma Diegues.

Uma adolescente Maria Antônia aparece no filme usando short e chapéu, com um jabuti na mão. A vontade dos índios de viajar de avião explorada no longa era real, assim como o canto indígena em volta da fogueira, que encerra a participação de todos.

"Lembro da Betty Faria e do José Wilker. Ele contava como era a vida na cidade e perguntava como era aqui", diz Maria Antônia.

DEPOIS DO FILME

Passada a gravação, a equipe pagou os índios. "Meu pai nos chamou e repartiu o dinheiro. Disse que podia comprar qualquer coisa. Eu dormia em rede, comprei cama e colchão. Meus

CONT.



pais compraram roupas e outras coisas de casa”, diz Maria Antônia.

A participação dos índios pouco interfere na trama, e o drama da família perdida expulsa pelos brancos é contado apenas de passagem.

Para Diegues, há nítida semelhança entre as obras da Transamazônica e a de Belo Monte, com seus fluxos migratórios descontrolados e opressão aos mais fracos.

“Esse desprezo pela vida e cultura dos outros é uma marca em nossa época e já existia naquele tempo”, disse.

O sucesso dos xipaias e curuaias que se tornaram artistas de cinema foi tão breve como a participação no filme. Por algumas semanas, os índios e figurantes locais foram festejados, mas o tempo foi apagando as lembranças.

Hoje, Altamira e seus mais de 100 mil habitantes não guardam nada daquela época, comércio ou cinema. Tudo que sobrou, além de uma cópia do filme na biblioteca, foi a memória de quem viu.

Alguns índios da família retratada preferiram voltar à aldeia, a 50 km da cidade. Mas a maioria apenas aprofundou o processo de urbanização, espalhando-se pelo município. Os mais velhos morreram, e outros vivem até hoje em Altamira.

A vida de Maria Antônia, que já trabalhava desde os dez anos com serviços domésticos, não mudou após a passagem da caravana de Diegues, Wilker e cia.

Três anos após as gravações, ela trabalhava como cozinheira num garimpo quando conheceu o marido, um maranhense que desembarcou criança em Altamira com a família em 1971.

Sem instrução, ela conta com orgulho que colocou os oito filhos na escola. Netos, já são 16. Hoje vive do Bolsa Família e da renda do marido, que vende churrasquinhos. A mãe se aposentou e tem casa na vizinhança, mas passa boa parte do tempo com a filha, perto do Xingu.

TRADIÇÕES

Em meio à área urbana, elas tentam manter as tradições com visitas às aldeias –na cidade há outras 653 famílias indígenas na área urbana e 98 na área rural.

Aos 87, Maria é a última xipaia que ainda domina a língua de seu povo. Sem interlocutores, costuma falar sozinha. A filha Maria Antônia interpreta só algumas palavras. Outro filho dela, de 30 anos, também se esforça. Ao morrer, Maria provavelmente levará o idioma consigo.

A esperança são netos pequenos, que têm se empolgado e aprendido um pouco do xipaia, e uma professora da Universidade Federal do Pará, Carmem Lúcia Rodrigues, que promove um trabalho de resgate da língua.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Do futuro, a única certeza por ora é o fim da vista para o Xingu. "Tinha minhas plantinhas no quintal, mas sei que vou sair e nem planto mais", diz Maria Antônia. "A gente vive aqui há anos, daí chegam de fora e não perguntam se a gente quer sair. Tem que sair e pronto? Isso é justo?".

O reassentamento de índios não aldeados integra as exigências que a Norte Energia, a concessionária responsável pela obra, deve cumprir –fora da área urbana, outros grupos indígenas sofrerão impacto direto da obra.

Segundo a empresa, as pessoas serão realocadas em cinco novos bairros. Ao todo, mais de 5.000 famílias da cidade serão transferidas, pois suas casas serão afetadas.

Para Diegues, "Bye Bye Brasil" foi uma premonição do que estava acontecendo e ainda iria ocorrer no país.

"Infelizmente, o pior dessa premonição continua nas invasões das terras indígenas, na sistemática eliminação deles e de seus valores morais e culturais", afirma o diretor. "Cada vez que penso nessa tragédia, me angustio –sei que ela se agrava e não sei como evitá-la."

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Parecer do Ibama 'segura' licença de megaporto na BA
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.09.2014

Por Daniel Rittner - Valor Econômico

Um parecer técnico do Ibama jogou incertezas na reta final do processo de licenciamento do Porto Sul da Bahia, um megacomplexo portuário localizado em Ilhéus, que prevê investimentos de R\$ 3 bilhões em dois grandes terminais. O parecer, assinado por nove analistas do órgão federal, conclui que só metade das condicionantes socioambientais estabelecidas na licença prévia foi efetivamente cumprida até agora e coloca em dúvida a liberação para o início das obras.

A primeira licença, atestando a viabilidade ambiental do empreendimento, foi dada no fim de 2012. Ela definiu 14 exigências que precisam ser atendidas para a obtenção da licença de instalação (LI). É esse segundo documento que permite a construção do porto para valer. O governo baiano, responsável pelo projeto, diz já ter cumprido todas as exigências. No mês passado, então, deu entrada no pedido formal de LI ao Ibama. Para os analistas da autarquia, porém, esse trabalho ficou literalmente pela metade.

O parecer, de 18 de agosto, considera que sete condicionantes foram atendidas e três não foram cumpridas. Outras quatro condicionantes teriam avançado apenas "parcialmente". "No intuito de possibilitar manifestação conclusiva para a emissão da LI", segundo o relatório de 130 páginas, "recomenda-se que as pendências indicadas ao longo do parecer sejam tratadas pelo empreendedor e encaminhadas ao Ibama para avaliação". Como afirmam os próprios analistas, não se trata de posição final e muito menos irreversível, mas demonstra que a polêmica em torno do Porto Sul da Bahia ainda está bem longe de acabar.

O empreendimento fica em uma região preservada de Mata Atlântica e com forte apelo turístico. Tem apoio de parte significativa da população local, mas enfrenta a oposição de grupos ambientalistas. A localização do complexo portuária, prevista originalmente para a Ponta da Tulha (ao sul de Ilhéus), teve que mudar devido ao impacto potencial em comunidades indígenas. Diante das pressões, foi para Aritaguá, um estuário ao norte da cidade.

O Porto Sul poderá movimentar até 100 milhões de toneladas no 25º ano de operação. Ele já teve autorização da Secretaria de Portos. Dois terminais vizinhos estão previstos. Um é da Bahia Mineração, que explora minério de ferro no município de Caetité e pretende escoar sua produção pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), cujo traçado termina em Ilhéus. A ferrovia está atrasada.

O outro terminal será explorado, em um sistema de condomínio, por empresas selecionadas pelo governo baiano. Pode envolver a movimentação de minério, grãos e até contêineres. Um edital de convocação dos interessados deve sair na próxima semana.

CONT.



No parecer, os técnicos do Ibama apontam dúvidas sobre o descarte de efluentes e suposto atraso no plano de adequações da infraestrutura no entorno do porto. Também alegam não ter recebido a outorga do direito de uso dos recursos hídricos para o projeto. Aparentemente, são questões que não ameaçam o empreendimento em si, mas podem comprometer os planos de ter obras neste ano.

Ercy Lafuente, coordenador de acompanhamento de políticas de infraestrutura no governo da Bahia, minimiza os problemas no licenciamento e disse ter enviado ontem mesmo respostas ao Ibama. Segundo ele, há documentos não mencionados pelo parecer que já constam dos estudos enviados, como o plano de infraestrutura no entorno e de construção de um novo hospital. "Não estamos pedindo nenhum arrego ou esforço menor. A função do analista ambiental é exigir bastante mesmo do empreendedor, mas já apresentamos o que foi pedido."

Foram elaborados 38 programas básicos ambientais para atender às condicionantes e obter a LI. "Pode-se exigir um ou outro complemento dos programas. Mas, em linhas gerais, as condicionantes da licença prévia foram atendidas. Nós temos sido absolutamente transparentes na demonstração dos nossos planos", afirma o coordenador.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Indígena de Tenente Portela conquista mestrado na UFRGS

SÍTIO RÁDIO ALTO URUGUAI, 01.09.2014

O indígena Bruno de Ferreira, de 49 anos, morador da comunidade indígena do Guarita, em Tenente Portela, conseguiu um feito histórico. Ele é o segundo indígena, de origem caingangue, a obter título de mestrado no país.

Na sexta-feira, na Faculdade de Educação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), em Porto Alegre, ele defendeu sua dissertação sobre processos próprios de aprendizagem na Educação caingangue.

Na comunidade onde vive, Bruno divide seu conhecimento com outros 7 mil indígenas. Conforme sua cultura, tudo o que é conquistado, seja material ou imaterial, é compartilhado. Ele argumenta que o diálogo saudável, característico do seu povo, deve ser preservado. "Penso que um diálogo em alto nível se faz com palavras e compromissos. Nós, indígenas, sempre teremos isso, afinal é uma tradição de nossos ancestrais", afirmou.

Formado em História, na Unijuí, Bruno iniciou os seus estudos de mestrado em 2012, enquanto atuava como coordenador pedagógico do Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel.



Estrutura é preparada pelo TRE para indígenas

SÍTIO SGC, 01.09.2014

Pelo menos 1.605 indígenas estão cadastrados para votar nas eleições deste ano, em Rondônia, distribuídos pelas aldeias Suruí, Cinta Larga, Tupari, Karitiana, Gavião e Oronao. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RO), 10 seções foram instaladas nas demais áreas indígenas, escolhidas em atendimento a requerimento ou estudo quanto à distância, dificuldade de acesso e quantidade de eleitores.

Os indígenas que votarão pelo sistema biométrico serão apenas aqueles com domicílios em municípios que já contam com essa tecnologia.

Logística

Em alguns municípios, como Guajará-Mirim e Alta Floresta do Oeste, o transporte das urnas até as aldeias será por meio aéreo e fluvial. Nos demais, as urnas serão levadas por meio terrestre.

Confira abaixo os cartórios das zonas eleitorais e a localização das respectivas etnias:

ZONA	MUNICÍPIO	POVO	ALDEIA	LOCAL	SEÇÕES	APTOS	BIOMETRIA?	MESÁRIOS INDÍGENAS?	LOGÍSTICA
01	Guajará-Mirim	Oronao	Rio Negro Ocaia	Escola Indígena Possidonio Bastos	02	392	sim	Apenas 1 não é	Entrega no sábado de helicóptero
	Guajará-Mirim	Oronao	Aldeia Santo André	Escola Indígena Abraao Koop	02	298	sim	sim	Entrega no sábado de helicóptero
11	Cacoal	Suruí	Aldeia Pin Paiter e Aldeia Atamuia	Escola Izidoro de Souza Meirelles	01	72	não	sim	normal
12	Espigão do Oeste	Cinta Larga	Aldeia Roosevelt	Aldeia Roosevelt	01	103	não	não	normal
			Aldeia São Luiz	Aldeia São Luiz-Terra Indígena Rio Branco	01	251	não	Apenas o presidente não é	normal
17	Alta Floresta D'Oeste	Tupari e outros	Escola de Ens. Fun. Kon' Coatt Tupari	Aldeia Cajui-Terra Indígena Rio Branco	01	135	não	Apenas o presidente não é	Terrestre/Fluvial
24	Porto Velho	Karitiana	Aldeia Central	Escola 4 de Agosto	01	82	sim	sim	normal
30	Ji-Paraná	Gavião	Terra Indígena Igarapé Lurdes	Posto Indígena Ikolen	02	272	não	não	normal



Cansadas de enterrar filhos, indígenas buscam terra e montam novo acampamento
SÍTIO DOURADOS AGORA, 01.09.2014

Cansadas de terem que enterrar os próprios filhos, cerca de 50 mulheres Kaiowá da Terra Indígena de Pindo Roky, no município de Caarapó (MS), iniciaram este mês um movimento que recebeu o nome de "Retomada das Mães".

Estas mulheres, incluindo idosas e jovens, pintadas e trajadas com seus instrumentos tradicionais, montaram novo acampamento na região que estabelece a divisa da Terra Indígena de Pindo Roky, já delimitada, e uma propriedade.

De acordo com o Cimi, as mães, juntamente com seus familiares, passam a retomar mais 30 hectares pertencentes ao território tradicional e ancestral dos Kaiowá, que ainda encontra-se indevidamente empossado pelo fazendeiro.

Marcando a entrada do acampamento estabelecido na nova retomada, uma cruz de madeira repousa solitária, simbolizando o motivo pelo qual as mulheres não quiseram e nem puderam mais permanecer caladas. A cruz marca o ponto onde o corpo de um adolescente de 15 anos, foi encontrado em fevereiro de 2013.

A cruz foi colocada ao lado de uma estrada vicinal, onde, assim como Denílson, varias pessoas já foram encontradas mortas e deixadas ao relento, quando não, jogadas dentro de um córrego que corta a área indígena, tendo que ser posteriormente enterradas pelas mãos e lágrimas dos próprios familiares.

Espalhadas nas encostas de um mato, uma dezena de barracas improvisadas servem de moradia para estas mulheres e crianças que enfrentam tanto as dificuldades da falta de alimentação quanto ameaças do fazendeiro e de seus jagunços, que prometem despejá-las da forma que for necessária a qualquer momento.

"Aqui só temos alimento uma vez por dia, então tem que escolher se vamos comer de manhã ou à noite. E nossas crianças só comem quando vão pra escola. [...] Mas a gente fica com medo mesmo é do fazendeiro, que sempre ameaça a gente, dizendo que ele mais os homens dele vão tirar todo mundo daqui a força", diz uma das mulheres, que aqui preservamos o nome por questões de segurança.

As condições em que vivem os indígenas da aldeia de Pindo Roky foi também um forte motivo que encorajou as mulheres a se movimentar. Segundo elas, enquanto a violência direta dos confrontos tira a vida dos seus filhos e filhas, a demora para finalizar os processos de demarcação da terra de Pindo Roky por parte do governo federal acirra os conflitos e mantém a comunidade indígena em situações desumanas de vida. Sem ter onde plantar, uma vez que não têm acesso pleno a terra, passam fome, e precisam esperar pelas cestas básicas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Sem a mínima estrutura hidrosanitária, convivem com doenças e não têm sequer acesso a água de qualidade, tendo que, para saciar a sede, coletar a água da chuva que fica acumulada nas beiradas dos barracos habitados. Nessas condições, onde a violência se apresenta morando sempre ao lado, se manifestando de forma direta e indireta, as retomadas não são somente um ato de coragem e bravura ou a "intolerância" de um povo que decide por não esperar os procedimentos legais. As retomadas muitas vezes são a única saída que os povos indígenas encontram para conquistarem os seus direitos constitucionais desrespeitados cotidianamente.

(Cimi - Regional Mato Grosso do Sul)



Museu em Pains reúne objetos pré-históricos indígenas

SÍTIO PORTAL CAMPOBELO, 01.09.2014

Um museu arqueológico localizado em Pains, reúne objetos e materiais produzidos por sociedades indígenas pré-históricas que habitaram a região do Carste do Alto São Francisco entre 11 mil e 500 anos atrás. Essa região atualmente compreende a área dos municípios Arcos, Formiga, Córrego Fundo, Pimenta, Piumhi, Doloresópolis, Iguatama e Pains.

Segundo o especialista do Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco (MAC), Gilmar Henriques, o museu tem o objetivo de guardar e proteger os objetos pré-históricos, além de servir como base para alguns projetos científicos. "Essa região é uma província arqueológica de extrema riqueza, são conhecidos mais de 300 sítios arqueológicos pré-históricos distribuídos em uma área com cerca de 1.500 km². Até a implantação do museu, esse patrimônio cultural arqueológico era conhecido apenas por um pequeno grupo de arqueólogos e o museu possibilitou a divulgação dele", comentou o arqueólogo.

Estrutura

Atualmente o MAC conta com uma equipe fixa de seis funcionários, além do apoio de especialistas como educadores, antropólogos físicos e conservadores para trabalhos específicos no local. Desde a inauguração em abril de 2010, mais de três mil pessoas passaram pelo museu arqueológico e o blog do MAC contabiliza 52.400 visualizações. "O público pode conferir vestígios arqueológicos, datados por meio de análise radiocarbônica, organizados em uma exposição permanente que conta com textos, fotografias, mapas temáticos e apresentações. O museu tem ainda uma sala de audiovisual onde são feitas palestras temáticas e exibidos documentários", acrescentou o arqueólogo.

De acordo com Gilmar, antes da inauguração do MAC foram realizadas duas pesquisas acadêmicas. O arqueólogo mantinha um acervo sobre agricultores ceramistas que ocuparam a região entre 1.200 e 500 anos atrás. Ele também contou com o acervo do pesquisador Edward Koole sobre os indígenas caçadores coletores, que ocuparam a região entre 11.000 e 5.000 anos atrás. Desde então o museu tem se expandido cada vez mais com a contribuição de outros arqueólogos que disponibilizaram pesquisas e objetos para o MAC.

"Entre os objetos do nosso acervo que mais chamam a atenção do público estão as pinturas rupestres, ferramentas de pedra lascada, especialmente as pontas de flecha, e os sepultamentos humanos dos povos caçadores coletores. No caso dos povos agricultores ceramistas são os vasilhames cerâmicos, as ferramentas e objetos de pedra polida, especialmente os machados e as mão-de-pilão", revelou.

Ainda segundo o arqueólogo, os trabalhos realizados no local têm fomentado a formação de um parque ecológico e turístico na região. "No MAC também contamos com academia de ginástica gratuita, parque de diversões adaptado para a prática de exercícios físicos e pista de caminhada. Assim, a implantação e funcionamento do museu contribuíram para reforçar a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

valorização não só da cidade, mas também para a criação de um turismo regional”, disse Gilmar.

O Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco está aberto para visitação de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h. Aos sábados e domingos o funcionamento ocorre das 10h às 13h e nos feriados das 12h às 15h. O MAC fica na Rodovia MG-439, nº. 1000, próximo à saída de Pains para Formiga. A entrada é franca.

Email: portalcampobelo@hotmail.com



Povo indígena Apiaká sedia 7º Seminário de Educação Escolar Indígena Região Noroeste

SÍTIO ARINOS NOTÍCIAS, 01.09.2014

Entre 01 à 06 de Setembro estará sendo realizado na Aldeia Mayrob(povo Apiaká) as margens do Rio do Sangue à 63km de Juara, o 7º Seminário de Educação Escolar Indígena Região Noroeste, cujo um dos pontos que serão debatidos além da Educação Indígena, será a Territorialidade atual dos povos indígenas no contexto nacional, avanços e desafios.

“foram cerca de 30 dias de preparo caçando alimentação, e preparando o local para acolhida de mais de 10 etnias diferentes. Estamos muito contente em recebê-los para este seminário que acontecerá durante toda esta semana” afirma o Cacique da Aldeia Mayrob, Erivan Morimã.

Segundo ele, a expectativa é de que durante o seminário também saiam documentos que beneficiem não só as Aldeias do Rio do sangue em Juara, mais sim todo o estado de Mato Grosso e o país.

Da região noroeste do estado de MT, estão participando os povos indígenas dos municípios de Campo Novo dos Parecis, Aripuanã, Brasnorte, Juína, Paranaíta, e Juara. A 7ª edição do Seminário também receberá as etnias: Parecis, Enawenê-Nauê, Cinta Larga, rikibaktsa, Zoró, Arara, Munduruku, Kayabi, Myky, Iranchi, Manoki, além da anfitriã Apiaká.

Segundo o professor Roberto Morimã da Escola Estadual Indígena Leonardo Crixí, a programação para o sábado e o domingo foi destinada para a recepção dos participantes do Seminário.

Já entre o dia 01 à 06 de Setembro a programação ficou da seguinte forma:

(Segunda 01/09): Mediadores - Professores Zé Maria e Roberto: abertura do Seminário as 09:00 com formação da mesa de autoridades, fala das autoridades e apresentação Cultural. A tarde exposição dos diretores sobre os desafios encontrados em suas escolas. Já a noite apresentação Cultural kayabi.

(terça 02/09): Mediadores - Professores Dineiva e Venâncio: Legislação Escolar Indígena (Arruda), a tarde continuação, a noite apresentação Cultural Indígena Rikbatksa/Arara.

(quarta 03/09): Mediadores - Professores Edson e Jovanes: Legislação Escolar Indígena (Arruda), a tarde Gestão Indígena Escolar/ Regularização das Escolas Indígenas e escolas Inadimplentes (ZENIR). A noite apresentação cultural Cinta Larga e Myky.

(quinta 04/09): Mediadores - Professores Jane e Jorge Cinta Larga: SEDUC e Conselho, a tarde SEDUC- Plano de Carreira de Magistério Indígena. A noite apresentação Cultural Manoki.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

(sexta 05/09): Mediadores - Professores Aldecir e Juarez Rikbaktsa: CIMI – Conjuntura Indígena e indigenista no Brasil e Mato Grosso. A tarde IFMT Campus Juína: palestra “A importância do registro dos povos indígenas” com o Professor Elziclei. Já a noite apresentação Cultural Zoró e Munduruku.

(sábado 06/09): Mediadores - Professores Zé Maria e Aldecir: ICMS – ECOLÓGICO: Ações que foram feitas/ Avaliação do Seminário/ Proposta o próximo seminário/ Escolha do local, data e tema,/ Escolha da comissão para ir a Brasília ver a questão do Etnoterritórios. A tarde segue com a final no torneio de Futebol. Já a noite será feita a entrega dos certificados/ premiação do torneio e apresentação Cultural Apiaká.

Após o encerramento do Seminário o povo Apiaká estará presenteando os participantes do Seminário e toda a comunidade com um show baile com a Dupla Valdir e Andressa, festa esta que segundo o Professor Roberto Morimã, foi adiada do dia dos pais para esta data.



Organizações indígenas se posicionam contra a INSI

SÍTIO CEDEFES, 01.09.2014

Lideranças e professores de dezesseis povos indígenas de Rondônia e noroeste do Mato Grosso rechaçaram de forma unânime a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), articulada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde, e montada por três técnicos do Ministério do Planejamento.

A resolução é parte da carta final de um encontro de lideranças e professores e professoras indígenas, ocorrida entre os dias 25 e 27 de agosto no município de Pimenta Bueno (RO). Além do repúdio declarado ao instituto, o encontro apresentou uma série de reivindicações a respeito da educação escolar indígena diferenciada. Leia a carta na íntegra:

Carta Final do encontro de professores e lideranças indígenas do estado de Rondônia e noroeste do Mato Grosso

Nós, professores e lideranças indígenas dos povos AIKANÃ, SAKIRABIAT, KWAZÁ, GUARATIRA, MAMAINDÊ, PURUBORÁ, ORO NAO', ORO WARAM XIJEIN, CAO ORO WAJE, GAVIÃO, WAYORO, KARITIANA, ARARA, KAXARARI, SURUI, ORO WARAM, participantes do Encontro de Professores e Lideranças Indígenas do Estado de Rondônia, realizado no município de Pimenta Bueno, de 25 a 27 de agosto de 2014, com o tema Direitos conquistados não podem ser negados: construindo com as próprias mãos a Educação Escolar Indígena que queremos, reivindicamos:

- A participação efetiva da Organização dos Professores Indígenas do estado de Rondônia e noroeste do Mato Grosso (Opiron) e lideranças indígenas, com a colaboração das assessorias necessárias e o apoio de entidades aliadas, nas discussões a respeito de todo o processo da educação escolar indígena, inclusive na implantação do Açaí III, e na condução do curso de licenciatura em educação básica intercultural;
- A implantação da Lei Estadual nº 578/2010, embora tenha sido alterada pelo governo, sem consulta prévia aos povos indígenas e a Opiron.
- Que se cumpra a legislação referente à educação escolar indígena, garantindo-se a autonomia indígena na elaboração de projetos político-pedagógicos próprios e específicos para cada escola, na definição dos calendários e dos currículos escolares;
- Que se garantam recursos para a produção de material didático próprio na língua materna das comunidades em que se encontram as escolas;
- Que se respeitem os projetos arquitetônicos de cada povo, sempre que houver reforma ou construção de prédios escolares;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

- Que seja implantado o projeto de 6o. ao 9o. ano, além do Ensino Médio, em todas as escolas indígenas do estado.

Outras reivindicações:

- Que a Universidade Federal de Rondônia, como parceira do Ministério da Educação no Programa Saberes Indígenas, de formação continuada de professores, cumpra as determinações do referido programa, fazendo-o chegar a todos os professores indígenas e suas escolas no estado;

- Os participantes do Encontro – conscientes de que são eles, professores indígenas, quem têm mais possibilidade de acesso à legislação e a uma visão crítica das implicações das políticas públicas em suas comunidades: 1. Repudiam veementemente a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), arquitetada dentro da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) por grupos políticos que controlam a saúde indígena no país; 2. Exigem a demarcação e a regularização das terras indígenas, pois sem o direito da terra garantido não se pode ter uma educação escolar indígena de qualidade e uma saúde digna.

Os direitos indígenas, apesar de conquistados através de muita luta e já garantidos na legislação nacional e internacional, continuam sendo constantemente atropelados por propostas e projetos de lei que ferem e ameaçam a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas.

Pimenta Bueno, 27 de agosto de 2014.

Fonte: <http://amazonia.org.br>



Puyanawas recebem Tião e Perpétua e mostram modelo de organização superior
SÍTIO CONTILNET, 01.09.2014

Tião e Perpétua estiveram na aldeia dos índios Puyanawas.

No fim de semana, Tião Viana candidato a reeleição e Perpétua candidata ao senado pela Frente Popular do Acre, estiveram na aldeia dos índios Puyanawas. Os candidatos foram recebidos com festas em forma de cantos, para eles o canto da vitória. Instalados numa área belíssima, nas arenosas terras de Mâncio Lima, eles mostram como conquistar qualidade de vida com o esforço de sua organização interna.

Um povo que vive nos arredores de Cruzeiro do Sul, já em área do município de Mâncio Lima surge aos olhos do Acre como uma grata surpresa em relação à organização de sua comunidade. Com incentivo do Estado e organizações internacionais, os Puyanawas mostram que é possível manter suas tradições e, ao mesmo tempo, construir seu próprio ambiente coletivo aproveitando o esforço de seus indígenas.

O secretário Edvaldo Magalhães, que responde pela Sedens (Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis) explicou que uma parceria do Governo do Acre com uma instituição alemã, a KFW, possibilitou investimentos na comunidade Puyanawas de mais de 100 mil que estão transformando a realidade deles.

“Com os investimentos, os próprios Puyanawas construíram sua área de produção, seu espaço da Cultura, espaço de rituais e lazer, além de fazerem também a oficina de trabalho, e o refeitório da comunidade. Os Puyanawas são um exemplo de organização que enche os olhos de quem vem aqui ver”, disse o secretário.

Edvaldo contou ainda que áreas degradadas no entorno da comunidade estão sendo recuperada pelos próprios índios com apoio do governo.

“Aqui foram produzidos 10 mil sacas de farinha de 50kg este ano e está sendo disputado no comércio pelos revendedores de Cruzeiro do Sul,” finalizou Edvaldo.

Durante a visita de Tião Viana e Perpétua, os líderes da comunidade reforçaram a necessidade de que o Acre siga em frente com o projeto da Frente Popular. O líder maior, cacique Mário, expressou agradecimento pelo apoio de Tião e Perpétua e ressaltou que seu povo reconhece o esforço e a ajuda a todas as comunidades indígenas do Acre. “Por isso estamos nessa mesma caminhada com Tião Viana e Perpétua” disse.

Perpétua, durante a recepção Puyanawa, disse que sentia orgulho de encontrar bem próxima da cidade Cruzeiro do Sul um povo que optava pela vida sustentável. “São exemplos de organização que inspira todos nós. E essa comunidade sempre me acolheu com carinho,” lembrou Perpétua.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2014

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Tião Viana disse que o momento entre os Puyanawas era de festa e a prosperidade era uma marca da comunidade. "É um exemplo de como prosperar usando a coletividade," disse o governador. E informou ainda que somente durante sua gestão foram construídas cerca de 70 escolas indígenas em todo o Estado.